

## DE MARX A LÊNIN: a categoria de “formação econômico-social”<sup>i</sup>

Emilio Sereni\*

### Resumo

Trata-se de minucioso trabalho etimológico e elaborada pesquisa epistemológica sobre a categoria de formação econômico-social, desde sua origem conceitual na obra de Marx, perpassando, basicamente, por Lênin. Analisa e debate a (não) utilização do termo entre expoentes marxistas, bem como restaura sua importância chave, sobretudo na historiografia e sociologia, apresentando a concepção como fundamental dentro da dialética materialista histórica, alçando-a a categoria basilar enquanto unidade e totalidade da vida social com suas diversas esferas (econômica, social, política e cultural). Ou seja, síntese da relação entre a estrutura e da superestrutura no processo histórico. Debate fundamental, a nosso ver, para a contribuição de Milton Santos na Geografia.

**Palavras-chave:** Formação Econômico-Social; Totalidade; Marx; Lênin; Materialismo Histórico.

---

<sup>i</sup> Tradução feita por Nathan Belcavello de Oliveira das versões em francês (SERENI, Emilio. De Marx a Lénine: la catégorie de “formation économique et sociale”. Tradução de Jacques Texier e Nicolas Pasquarelli. *La Pensée: revue du rationalisme moderne*, Paris, n. 159, p. 3-49, out. 1971. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6210885t.image>>. Acesso em: 18 jul. 2012) e em espanhol (SERENI, Emilio. La categoría de “formación económico-social”. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba: Siglo XXI Argentina, n. 39, p. 55-95, abr. 1973) do artigo Da Marx a Lenin: la categoría di “formazione econômico-sociale”, publicado em 1970, no número 4 dos *Quaderni di Critica Marxista*. As notas de rodapé adicionadas pelo tradutor serão numeradas em algarismos romanos. Colocamos, sempre que possível, as referências bibliográficas atualizadas e em português, preferencialmente, disponíveis pela rede de computadores mundial (internet). Acreditamos ser de extrema importância para a Geografia brasileira o artigo doravante traduzido, pois identificamos nele grande contribuição ao pensamento de Milton Santos, principalmente, ao desenvolvimento conceitual da formação espacial. Este conceito foi proposto por Santos no artigo intitulado *Society and Space: social formation as theory and method*, publicado em 1977 na *Antipode*, traduzido no mesmo ano para o português como *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*, sendo publicado no *Boletim Paulista de Geografia*. Texto que passou a compor os livros *Espaço e Sociedade*, em 1979, e *Da Totalidade ao Lugar*, em 1996, sendo, em ambos, o capítulo primeiro. A leitura do artigo permitirá, a nosso ver, verificar a leitura que Santos veio a desenvolver, sobretudo, com relação à totalidade. Totalidade oriunda, por sua vez, da interpretação que Emilio Sereni faz da formação econômico-social enquanto conceito basilar proposto por Marx e melhor explicitado por Lênin, abrangendo todas as esferas da vida social.

\* (1907-1977) graduado em agronomia em 1927, filiando-se ao Partido Comunista da Itália no ano seguinte. Pesquisador em agricultura, conciliando com estudos marxistas e a atuação política. Foi preso pelo regime fascista, ao que foi contumaz opositor. Político com intensa atuação como representante do PCI.

## Abstract

It is thorough research etymological and epistemological on the category of social-economic formation, from its conceptual origin in the work of Marx, traversing basically for work of Lenin. Analyze and debate the (non) use of term by exponents Marxists, restores its importance as key, mainly in historiography and sociology, presenting the concept as fundamental within the historical materialist dialectics, lifting them to the category basilar while unity and totality of social life with its various spheres (economic, social, political and cultural). That is, synthesis of the relationship between structure and superstructure in the historic process. Fundamental debate, in our view, to the contribution of Milton Santos in the Geography.

**Keywords:** Social-Economic Formation; Totality; Marx; Lênin; Historical Materialist.

Podemos afirmar que a importância crescente adquirida neste pós-guerra pelos debates entorno da noção de “formação econômico-social” – tanto no plano diretamente político, como no historiográfico – não aparenta corresponder com um adequado esforço de aprofundamento teórico da mesma noção. Na verdade, depois da Revolução de Outubro e a vitória do primeiro país socialista na Segunda Guerra Mundial, os acontecimentos deste último quartel de século – da Revolução Chinesa à Guerra Fria e as novas agressões imperialistas, do desenvolvimento impetuoso dos movimentos de libertação à Revolução Cuabana, da constituição de um sistema de Estados socialistas ao surgimento em seu mesmo cerne de divergências y contradições – os problemas da passagem a uma *nova* formação econômico-social (a socialista) ou, diretamente, os problemas de sua *gestão*, se impuseram aos povos do mundo inteiro já não somente como problemas teóricos, senão como problemas práticos, atuais e urgentes. Nestas condições, o debate teórico ao redor de tais problemas terminaram por adotar a forma e a passionalidade de um debate político. De tal maneira que, de tempos em tempos, e inclusive nas próprias filas do movimento proletário e comunista internacional, chegou-se até a questionar que o caráter da sociedade na Iugoslávia, China ou mesmo na União Soviética seja o de uma formação econômico-social socialista. Além disso, ao não se realizar um aprofundamento mais estritamente teórico deste debate, não faltou quem terminou ou termina por negar diretamente a existência (em qualquer parte do planeta) de uma formação econômico-social socialista de *fato*, cujo advento dependeria, então, da elaboração de algum novo “modelo” de socialismo.

A paixão deste debate e os elementos de confusão e as desorientações que nele surgem marcadamente, não podem maravilhar a quem tem que lidar não só com a extraordinária complexidade dos problemas inerentes ao nascimento de uma formação econômico-social de um tipo *qualitativamente* novo como a socialista, mas também com a presença de obstáculos, de incrustações dogmáticas que por longos anos obstruíram (e frequentemente ainda hoje obstruem) uma adequada elaboração teórica destes problemas que, precisamente, não se esgota na construção e na abstrata *estaticidade* de modelos mecânicos, porém se inscreve, ao contrário, na concreta e dinâmica realidade do *processo* histórico. Portanto, não é casual que algum dos temas fundamentais em volta dos quais se viu centrado o debate nos últimos anos, tanto no plano imediatamente político, como no teórico, foi o relativo à própria noção de *revolução* e, portanto, o concernente à passagem de uma formação econômico-social a outra. Discussão que logo se concentra e se atualiza no tema especificamente do *socialismo*, concebido alternativamente como *fase de passagem* do capitalismo ao comunismo e como primeira fase do próprio comunismo ou, ao contrário, como *formação econômico-social relativamente autônoma*<sup>1</sup>, situada entre o marco histórico de passagem do capitalismo ao comunismo em escala mundial. Teremos oportunidade mais adiante de voltar sobre o tema e de aprofundar as implicações teóricas e práticas de uma e outra formulação. No momento queremos sublinhar que a passionalidade do debate sobre as formações econômico-sociais no plano mais diretamente político se transferiu, no último quarto do século XX, não somente ao plano teórico geral, senão também ao específico da metodologia historiográfica. É típico, neste sentido, o debate levado a cabo sobre o “modo de produção asiático”, que muito frequentemente, em nossa opinião, traduziu-se e polarizou-se num debate sobre as razões e implicações mais diretamente políticas desta ou daquela atitude sobre o tema de Marx ou de Lênin, de Stalin ou de Mao Tsé-Tung, em vez de se orientar resolutamente no

---

<sup>1</sup> Esta última formulação proposta por Walter Ulbricht (1967, p. 38) como aprofundamento, sobre a base da experiência histórica, da clássica formulação marxiana do socialismo como fase de transição do capitalismo ao comunismo e como primeira fase da formação econômico-social comunista (ou socialista), foi geralmente recorrido nos documentos da SED e nos textos marxistas da República Democrática Alemã. Esta formulação se reencontra, como já havíamos advertido, em todos os textos mais recentes da República Democrática Alemã como, por exemplo, o volume de Rolf Sieber e Horst Richter (1969, p. 361 e *passim*); Manfred Herold *et ali* (1969, p. 188 e *passim*); e Frank Adler, Ilse Alex *et ali* (1969, p. 156 e 406), com os termos *Gesellschaftsformation* e *Sozialismus*, respectivamente. Em contraposição, parece-nos que a formulação do companheiro Ulbricht (1967) não foi alçada nos documentos do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) ou nos textos mais publicados na União Soviética: nos quais – incluídos os que, justamente, insistem, de igual maneira que Ulbricht, na caracterização da “sociedade socialista madura” e sobre a duração não *breve* da fase socialista – se atem à formulação marxista clássica, quer dizer, à do socialismo como primeira fase ou etapa da formação econômico-social comunista. Observa-se, por exemplo, o livro V. I. Lênin e os problemas do comunismo científico (tradução livre), publicado pelo Instituto de Marxismo-Leninismo e pela Academia das Ciências Sociais (1969, p. 128 e *passim*), ligados ao Comitê Central (CC) do PCUS; ou o de vários autores (1968), que já no título – *Economia Política: o socialismo, primeira fase do modo de produção comunista* (tradução livre) – retoma a formulação marxiana clássica.

aprofundamento de *fundo* do problema, a respeito do qual, por outro lado, não faltam importantes e positivas contribuições, merecedoras de posteriores e mais profundos desdobramentos. Para ser bem compreendidos, esclarecemos que está longe de nós o erro de subestimar a importância da análise política (que é sobre tudo uma análise de classe) das atitudes desta ou daquela personalidade, deste ou daquele grupo social frente a um dado problema historiográfico. Ao invés, tal análise nos pode e deve proporcionar elementos que adquirem uma grande importância como resultado de uma justa orientação para nossa pesquisa; porém, em nenhum caso, tais elementos podem substituir a própria pesquisa, dirigida sempre a obtenção de soluções de *fundo* sobre as questões levantadas.

Considerações análogas são válidas, por outro lado, num plano geral, para outros debates e pesquisas sobre alguns dos mais importantes problemas historiográficos, como, por exemplo, o demonstram os resultados muito positivos registrados pela historiografia marxista nos anos do pós-guerra no estudo de períodos históricos determinados, compreendidos no âmbito de uma dada formação econômico-social. No entanto, parece-nos que originam resultados em conjunto muito menos satisfatórios ou, pelo menos, muito mais problemáticos no que se refere ao tratamento das *fases de transição*, da passagem de uma formação econômico-social para outra, das *grandes crises revolucionárias* que caracterizam tal passagem.

[...] o desejo de classificar cada sociedade ou período, firmemente, em uma ou outra das categorias aceitas deu como resultado disputas demarcatórias, como é natural quando se insiste em encaixar conceitos dinâmicos dentro de estáticos. Houve, deste modo, muita discussão na China sobre a data de transição da escravidão ao feudalismo [...]. No ocidente, dificuldade semelhante conduziu a debates sobre o caráter dos séculos que vão do XIV ao XVIII (HOBSBAWM, 1985, p. 63)<sup>2</sup>.

“[...] Quando se insiste em encaixar conceitos dinâmicos dentro de estáticos” (HOBSBAWM, 1985, p. 63). Parece-nos que Hobsbawm (1985) alcança aqui o âmago da dificuldade e das aporias com as quais colidimos – no plano do método historiográfico não menos que no político e teórico – quando distorcemos ou falseamos em um sentido *estático* uma noção como a de “formação econômico-social” que, mesmo Marx, ao contrário, elaborou e empregou no marco e no sentido de uma concepção extraordinariamente *dinâmica* do devenir social. Depois de Marx, sempre em seu mesmo marco e sentido, os máximos expoentes do pensamento e da prática revolucionária marxista, e em primeiro lugar Lênin,

---

<sup>2</sup> Levantou justamente um estudioso marxista inglês, Eric Hobsbawm, numa breve, mas densa, resenha destes debates. Vide Hobsbawm (1985).

aprofundaram e desenvolveram esta noção. Por isso nos parece que não saímos do tema começando nosso discurso sobre o aprofundamento teórico da noção de “formação econômico-social” justamente com uma indagação sobre a origem de tal noção e, inclusive, sobre a etimologia da expressão usada para designá-la. Esta é uma tarefa a qual, por estranho que possa ser, foi dirigida escassa atenção, ainda que por parte de especialistas na matéria<sup>3</sup>.

O termo *Ökonomische Gesellschaftsformation* – literalmente “formação econômica da sociedade”, porém mais frequentemente traduzido para o italiano, não sem certa ambiguidade<sup>4</sup>, como “formação econômico-social” – é pela primeira vez utilizado nos escritos de Marx no prefácio de janeiro de 1859 na *Contribuição à Crítica da Economia Política*<sup>5</sup>.

É verdade que já muito antes deste trabalho, o conceito (se não o termo) de “formação econômico-social” se encontra na primeira elaboração completa da concepção materialista da história que Marx e Engels nos deixaram no manuscrito de *A Ideologia Alemã* de 1846. Já aqui, como se pode comprovar facilmente, boa parte do volume I está dedicada a uma rápida passagem através da história mundial<sup>6</sup>, cuja periodização está justamente fundamentada sobre os diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de propriedade, isto é, do modo de produção (*Weise der Produktion*) que caracteriza diferentes épocas<sup>7</sup>.

Falta, contudo, como havíamos advertido, em *A Ideologia Alemã* o termo *Ökonomische Gesellschaftsformation*, e em seu lugar se encontra, por enquanto, somente o de *Gesellschaftsform* (literalmente “forma de sociedade” ou “forma social”)<sup>8</sup>, que logo reaparece

---

<sup>3</sup> O único estudo que conhecemos em que se desenvolve uma reflexão sobre o tema específico com certa amplitude é o de G. A. Bagaturia (1968), do qual tomamos como úteis determinações cronológicas e de outro tipo.

<sup>4</sup> Pois em alemão *Gesellschaftsformation* é, na realidade, um substantivo composto (literalmente “formação da sociedade”, mas também “formação social”), precedido de um adjetivo (“econômica”).

<sup>5</sup> Marx (2008, p. 48).

<sup>6</sup> Marx e Engels (1999, p. 7-150).

<sup>7</sup> Justamente em *A Ideologia Alemã* é usado pela primeira vez o termo, de importância central para a concepção materialista da história, de *Weise der Produktion* (logo mais frequentemente *Produktionweise*), “modo de produção”. Nesta obra já se oferece um amplo desenvolvimento da noção de “forças produtivas” (*Produktivkräfte*), mas falta ainda se não o termo (*Verkehrsverhältnisse der Produktion, Produktionsverhältnisse*), ao menos a noção plenamente elaborada de “relações (ou formas) de comércio” (*Verkehrsverhältnisse* ou *Verkehrsformen*), ou pela de “formas de propriedade” (*formen des Eigentums*). O que parece indicar um critério de periodização historiográfica ainda não totalmente liberado de seu fundamento jurídico (ideológico), que prevalece sobre o produtivo (estrutural). De todo modo, em *A Ideologia Alemã* o termo “relações de produção” jamais é enunciado em associação e relação dialética com o de “forças produtivas”. Já pouco depois da escrita desta obra, nos anos 1846-1847, a noção de “relações de produção” é elaborada em *Miséria da Filosofia* de Karl Marx e no *Manifesto do Partido Comunista*, onde também a relação entre forças produtivas e relações de produção aparece já definida e esclarecida.

<sup>8</sup> “Compreende-se imediatamente que esta religião natural ou este tipo de relações com a natureza estão condicionados pela forma da sociedade [(*Gesellschaftsform*)] e vice-versa” (MARX; ENGELS, 1999, p. 140).

nos *Grundrisse*<sup>9</sup>, como, também antes em muitos outros escritos dos anos entre 1846 e 1857<sup>10</sup>.

Porém, já em um parágrafo do próprio *Grundrisse*, redigido em maio de 1858, Marx (2011) usa – ao invés do conceito de “forma de sociedade” – o novo termo de “formação da sociedade” ou “social” (*Gesellschaftsformation*)<sup>11</sup>, que logo em janeiro de 1859 voltaremos a encontrar na mesma *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*, na qual, pela primeira vez, como já havíamos assinalado, também está empregada a expressão mais completa de “formação econômica da sociedade”.

[Nenhuma formação social (*Gesellschaftsformation*)]<sup>ii</sup> [...] jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da [...] [formação econômica da sociedade (*der ökonomischen Gesellschaftsformation*)]<sup>ii</sup>. As relações de produção burguesas são a última forma antagonica do processo de produção social [...]. Com essa formação social [(*Gesellschaftsformation*)] termina, pois, a pré-história da sociedade humana<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> “Dissolução do modo de produção e da forma de sociedade [(*Gesellschaftsform*)] fundados sobre o valor de troca” (MARX, 2011, p. 205 – grifo nosso). “Todas as *formas de sociedade* anteriores morreram ao desenvolvimento da riqueza – ou, o que é a mesma coisa, do desenvolvimento das forças produtivas sociais” (MARX, 2011, p. 446 – grifo nosso). “[...] é o estado, como ouvimos de Bastiat, em que a pesca, a caça e o pastoreio constituem as *formas sociais* e produtivas dominantes” (MARX, 2011, p. 34 – grifo nosso).

<sup>10</sup> Assim, por exemplo, na carta de Marx a Annenkov de 28 de dezembro de 1846 sobre Proudhon diz: “O Sr. Proudhon confunde as idéias e as coisas. Os homens jamais renunciam àquilo que conquistaram, mas isto não quer dizer que não renunciem jamais à forma social sob a qual adquiriram determinadas forças produtivas. Muito ao contrário. Para não se verem privados do resultado obtido, para não perder os frutos da civilização, os homens são constrangidos, a partir do momento em que o modo do seu comércio não corresponde já às forças produtivas adquiridas, a modificar todas as suas formas sociais tradicionais. (Emprego aqui a palavra *comércio* em seu sentido mais amplo, do mesmo modo que empregamos em alemão o vocábulo *Verkehr*)” (MARX, 1985, p. 207). Em outro extremo do período intermediário em análise, na *Introdução* (que data de agosto a setembro de 1857) à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (2008, p. 264) fala ainda das “[...] categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada [...]”. Assim como afirma que “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras” (MARX, 2008, p. 266).

<sup>11</sup> “[...] Há toda uma série de sistemas econômicos entre o mundo moderno, em que o valor de troca domina a produção em toda a sua profundidade e extensão, e as formações sociais cujo fundamento é constituído pela propriedade comunal já dissolvida, sem que [...]” (MARX, 2011, p. 757).

<sup>ii</sup> Inserções feitas a partir da tradução de Emilio Sereni ao fragmento citado, uma vez que em Marx (2008, p. 48) as partes da citação foram traduzidas, respectivamente, como “Uma sociedade” e “formação da sociedade econômica”.

<sup>12</sup> Marx (2008, p. 48).

As passagens citadas, e os novos termos nelas usadas no lugar do anterior “forma de sociedade (social)”, parece-nos que merecem, por várias razões, que centremos nossa atenção nos mesmos. Trata-se, em primeiro lugar, da passagem do uso de um termo de caráter estático, o de “forma” (*Form*), a outro de caráter dinâmico, o de “formação” (*Formation*). É verdade que já em *A Ideologia Alemã* este termo “formação” aparece uma vez, se bem que sem um nexos direto e explícito com uma qualificação como a de “social” (ou “de sociedade”). Mas, além da falta de clareza do contexto em que o termo foi utilizado em *A Ideologia Alemã*<sup>13</sup>, passa-se o fato que nesta obra e nas que a seguem até 1857, o uso do termo “formação” é absolutamente isolado, enquanto que comumente é utilizado em seu lugar o de “forma” de sociedade (ou social).

Por outro lado, o fato de que a passagem de uso entre um termo que indica estado a outro que indica ação expressa um aprofundamento da noção de “forma de sociedade” e não somente uma nova formulação de escrita, surge do mesmo contexto da passagem antes citada da *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*, onde, pela primeira vez, é empregado o termo *ökonomische Gesellschaftsformation*. Termo que poderia expressar-se, neste caso, com o costumeiro (e ambíguo) “formação econômico-social”, devendo-se ao invés traduzir obrigatoriamente por “(épocas progressivas) da formação econômica da sociedade” para significar, sem possibilidade de equívoco, que uma “formação econômico-social” expressa justamente, um *processo*, uma realidade *dinâmica* e não *estática*.

Além disso, este conceito aparece mais tarde explicitamente reafirmado em outra passagem de Marx, em seu *Prefácio* (de 1867) ao primeiro tomo de *O Capital*, quando diz:

Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade [(*der ökonomischen Gesellschaftsformation*)] como um processo histórico-natural [(*naturngeschichtlichen Prozess*)], pode menos do qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas<sup>14</sup>.

Parágrafo no qual se evidencia como *ökonomische Gesellschaftsformation* não poderia

---

<sup>13</sup> “São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações [(*Verkehr*)] que lhe corresponde, incluindo até as [...] [*formações (Formationen)*] mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 1999, p. 20 – grifo nosso). *Nota do tradutor*: a inserção *formações* foi feita a partir do texto de Emilio Sereni. Em Marx e Engels (1999, p. 20) a tradução foi feita como formas.

<sup>14</sup> Marx (2013, p. 80).

ser traduzido de outra maneira que “(*desenvolvimento*) da formação econômica da sociedade”, explicitamente concebido, por outro lado, como um “*processo histórico-natural*”.

Está claro que isso não significa de modo algum que – aparte das duas passagens que acabamos de citar e, além disso, aquela da *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* onde, pela primeira vez, o termo *ökonomische Gesellschaftsformation* é utilizado – um termo como o de “formação social” não seja usado geralmente para designar nem tanto o processo de formação da sociedade *em geral*, senão o de uma *determinada* sociedade ou uma sucessão de sociedades ou, se preferir, o resultado ou *fato final que compreende* tal processo. Assim, por exemplo, observa-se na passagem de *Grundrisse* já citada em nossa nota 11, no fragmento que diz que “[...] as formações sociais cujo fundamento é constituído pela propriedade comunal já dissolvida [...]” (MARX, 2011, p. 757), de igual modo que nas outras duas outras passagens da *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*, nas quais pela primeira vez é usado o termo *ökonomische Gesellschaftsformation*, onde também se afirma que:

[*Nenhuma* formação social]<sup>ii</sup> [...] jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, [...] [e que] Com *essa* formação social [(ou seja, com a caracterizada pelas relações de produção burguesa)] termina, pois, a pré-história da sociedade humana (MARX, 2008, p. 48).

Em síntese, não há nenhuma contradição entre os *dois usos* de um termo como o de *Gesellschaftsformation*: aquele no qual o acento é posto sobre o *processo* de formação da sociedade (e que em italiano traduzimos preferencialmente por “formação da sociedade”) e o outro, no qual o acento é posto, ao contrário, sobre o resultado ou, melhor, sobre o fato final que compreende tal processo (e que em italiano traduzimos preferencialmente por “formação social”). Ao contrário, o uso comum, em suas duas acepções, do termo *Gesellschaftsformation*, prova-nos como, em Marx, a noção de “formação social” – inclusive quando é tomada como critério de uma determinada *periodização* historiográfica – é sempre entendida no sentido dinâmico e não estático; como um *processo*, em suma, e não como a substância (por assim dizer) de uma época ou de uma fase histórica em si mesma imóvel e acabada.

Por sua vez, a suposição de que é este precisamente o valor que Marx atribuía ao emprego do novo termo *Gesellschaftsformation* (“formação social”), no lugar do precedente *Gesellschaftsform* (“forma de sociedade”) se observa confirmada pelo próprio Marx nos



diversos rascunhos de sua carta a Vera Zasulich de 1881<sup>15</sup>, onde ele pessoalmente nos ilumina sobre os nexos e ligções semânticas que o uso deste novo termo parecem tê-lo demandado.

A história da decadência das comunidades primitivas (seria um erro colocá-las todas na mesma linha; como nas formações geológicas [– *dans les formations géologiques* –], no que diz respeito às formações históricas [– *dans les formations historiques* –] há toda uma série de tipos [– *types* –] primários, secundários, terciários, etc.) está ainda por fazer<sup>16</sup>.

Sobre a mesma referência às formações geológicas volta Marx no segundo rascunho:

A formação arcaica ou primária de nosso mundo contém em si, uma série de camadas de diversas idades, na qual uma está sobreposta à outra; da mesma maneira, a formação arcaica da sociedade [(*la formation archaïque de la société*)] nos revela uma série de tipos diferentes <que formam entre elas uma série ascendente>, marcando épocas progressivas [(*marquant des époques progressives*)]. A comuna rural russa pertence ao tipo mais recente dessa cadeia. O lavrador possui agora a propriedade privada da casa que habita e do quintal que forma o complemento. Eis aí o primeiro elemento dissolvente da forma arcaica [(*forme archaïque*)], desconhecida aos tipos antigos <e que pode servir de transição da forma arcaica [(*de transition de la formation archaïque*)] à...><sup>17</sup>.

Será revelada neste segundo rascunho uma reiteração ocasional do uso de *formas* (“forma arcaica”) junto aquela, que já prevalece absolutamente, de *formação* (“formação arcaica”); porém, o mais importante é o fato de que – no marco de uma determinada formação social – distinguem-se agora diversas e sucessivas *épocas* históricas, qualificadas como “progressivas” e caracterizada cada uma (como os estratos sucessivos de uma formação geológica dada, desde o mais antigo até o mais recente) por uma série *ascendente* de “tipos”, todos compreendidos naquela mesma formação. Voltaremos mais adiante acerca deste qualitativo de “progressivas”, atribuído aqui às sucessivas épocas históricas, com o qual combina a caracterização análoga de “épocas que marcam o *progresso* da formação econômica da sociedade”, que no fragmento da *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* citado em nossa nota 12, é dada “em grandes traços” por Marx (2008, p.

<sup>15</sup> Trata-se de três rascunhos preparados por Marx para responder a Vera Zasulich que, em 16 de fevereiro de 1881 – também em nome de seus outros companheiros, que logo formarão parte do grupo “Libertação do trabalho” – enviou-lhe uma carta na qual pedia sua opinião sobre as perspectivas do desenvolvimento histórico da Rússia e, particularmente, sobre o destino da comunidade de aldeia russa. O texto original em francês dos três rascunhos – e de um quarto, que coincide praticamente com o da carta de resposta enviada a Vera Zasulich em 8 de março de 1881 – foram publicados pela primeira vez por D. Rjazanov (1926, p. 307-342). Os fragmentos de frase ou as palavras que em nossa citação estão postas entre parênteses agudos (<>) são as sublinhadas pelo próprio Marx em seu rascunho.

<sup>16</sup> Marx (2005, p. 111).

<sup>17</sup> Marx (2005, p. 118).

48) com referência à lista dos “modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno”. Limitar-nos-emos por hora a destacar que, precisamente, a confrontação entre os dois fragmentos e a analogia com a série *ascendente* dos sucessivos estratos geológicos nos confirma que a qualificação de “progressivas” (ou de “progresso”) não deve ser interpretada, de modo algum, no sentido de um *juízo de valor* nem, tampouco, no de uma *linha de sucessão única e obrigatória* das diversas formações sociais ou épocas históricas. Ela está para indicar – igualmente que para as estratificações geológicas precisamente – uma sucessão que é “ascendente” e “progressiva”, antes de tudo no sentido de um *processo* cujas fases nos levam desde a idade mais antiga até a nossa e na qual, portanto, a sucessão *real* das diferentes formações sociais ou épocas históricas (como o efetivo deslocamento entre os estratos geológicos) pode e deve, em cada caso, ser sempre verificada só e exclusivamente *pela prova dos fatos*. Por outro lado, sobre este tema – como sobre outro de grande importância, o da *transição* de uma formação social a outra, tocado ao final do fragmento anteriormente citado – Marx volta ainda no terceiro rascunho, no que escreve:

Como <a mais recente e a> última fase da formação <arcaica> primitiva da sociedade, a comuna agrícola [...] é, ao mesmo tempo, fase de transição [(*phase de transition*)] à formação secundária, portanto, representa a transição da sociedade baseada na propriedade comum para a sociedade baseada na propriedade privada. Está claro que a formação secundária compreende toda a série das sociedades baseadas na escravidão e na servidão.

Mas quer isso dizer que a trajetória histórica da comuna agrícola deve fatalmente [(*fatalement*)] conduzir a este resultado? De jeito nenhum. Seu dualismo inato admite uma alternativa: ou seu elemento coletivo, ou este prevalecerá sobre o primeiro. Tudo vai depender do [...] [ambiente]<sup>iii</sup> histórico onde esteja estabelecida<sup>18</sup>.

É notável como neste terceiro rascunho Marx (2005) rechaça decididamente, mais uma vez, toda interpretação de sua tese no sentido de *uma linha de sucessão única e obrigatória das diversas formações sociais e épocas históricas*, da qual se pretendesse deduzir algum tipo de “fatalidade histórica” (*fatalité historique*)<sup>19</sup> na passagem da propriedade comum da comunidade agrícola russa à propriedade capitalista.

<sup>iii</sup> Inserção feita a partir da citação de Emilio Sereni.

<sup>18</sup> Marx (2005, p. 121).

<sup>19</sup> Havia escrito Marx (2005, p. 119) a propósito da comunidade agrícola tradicional daquele país, nas últimas linhas de seu segundo rascunho: “O que ameaça a vida da comuna russa não é nem qualquer fatalidade histórica [(*fatalité historique*)], nem uma teoria: é a opressão promovida pelo Estado e a exploração através dos intrusos capitalistas, que se tornaram poderosos por obra e graça do Estado, à custa e em detrimento dos camponeses”. Por outro lado, no início do terceiro rascunho, como logo o fará na versão definitiva da carta, retoma, para rebatê-lo, o argumento de uma pretendida “fatalidade histórica” da evolução para o capitalismo da comunidade

Ao contrário, Marx afirma explicitamente que a tese por ele defendida em *O Capital* sobre a inevitável expropriação dos lavradores na Europa ocidental é válida e somente pode ser válida no marco de uma formação baseada na propriedade *privada*, na que apresenta a passagem da propriedade privada *fundada sobre o trabalho pessoal* à propriedade privada capitalista, *fundada na exploração do trabalho alheio* pelo assalariamento. Mas esta tese, continua Marx, não pode por si dizer nada no que concerne à perspectiva e alternativas abertas a outra e *diferente formação social*, fundada na propriedade *comum*, cujo “caminho histórico” não está de modo algum “fatalmente” (*fatalement*) destinada a culminar com o triunfo de uma formação baseada na propriedade privada *capitalista*, senão que pode, ao invés, também – “tudo vai depender do [...] [ambiente]<sup>iii</sup> histórico onde esteja estabelecida” (MARX, 2005, p. 121) – desenvolver-se o *outro* elemento de seu “dualismo inato”, o comunitário, com a passagem a *outra* formação, baseada também esta na propriedade *comum*.

Quanto à natureza das influências que a diversidade do “ambiente histórico” pode exercer sobre uma e outra sucessão de formações sociais (ou sobre a evolução de suas instituições particulares, tal como é neste caso a comuna rural russa), os outros parágrafos de Marx (2005) citados em nossa nota 19 nos parecem particularmente esclarecedores. Trata-se de agentes *externos* a tal formação ou a tal instituição (“os capitalistas intrusos”), mas também de agentes *internos*, referidos às superestruturas jurídico-políticas (“a opressão promovida pelo Estado”) ou a outras e que, de todas as maneiras, não constituem para esta formação (ou para esta instituição) “as condições para um desenvolvimento espontâneo”. O que, uma vez mais, exclui toda possibilidade daquela interpretação *unilinear* da sucessão das diversas

---

agrícola russa, fundada numa errada interpretação de uma passagem de *O Capital* na qual, tratando da gênese da produção capitalista e da expropriação dos cultivadores diretos como uma de suas condições, constata-se como tal expropriação “só se realizou de maneira radical na Inglaterra [...]. Mas todos os outros países da Europa ocidental percorreram o mesmo caminho [...]” (MARX, 2013, p. 788). Mas, (conclui Marx na versão definitiva da carta a Vera Zasulich) “a ‘fatalidade histórica’ deste movimento está, portanto, expressamente restrita aos países da Europa ocidental [...] [, onde] ‘a propriedade privada, fundada sobre o trabalho pessoal... será suplantada pela propriedade privada capitalista, baseada na exploração do trabalho de outrem, no sistema do assalariamento’. Neste movimento ocidental trata-se, portanto da *transformação de uma forma de propriedade privada em uma outra forma de propriedade privada*. Entre os camponeses russos, pelo contrário, sua propriedade comum teria que ser transformada em propriedade privada. [...] A análise exposta no “*Capital*” não oferece, portanto, [...] nenhuma razão que se pudesse fazer valer nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna russa [...]. Os estudos especiais que fiz sobre ela, e cujos materiais busquei em fontes oridinais, me [...] convenceram que esta comuna é o ponto [...] de apoio natural da regeneração social da Rússia [...]. Mas [...] para que ela possa funcionar como tal, seria preciso eliminar primeiramente as influências deletérias que a assaltam por todos os lado e, em seguida, assegurar-lhe as condições para um desenvolvimento espontâneo” (MARX, 2005, p. 119-123). *Nota do tradutor*: a versão dos rascunhos da carta à Vera Zasulich a que tive acesso apresenta esta última citação de Emilio Sereni fragmentada, mas apresenta o mesmo encaminhamento lógico proposto pelo autor.

formações sociais, que por muitos anos terminou por prevalecer também entre uma parte dos estudiosos marxistas<sup>20</sup>.

De todo modo, em todos esses rascunhos, no que concerne à sucessão das diversas formações sociais (ou à evolução de suas instituições específicas), Marx (2005) não remete a um esquema preestabelecido, mas se refere sempre à *prova dos fatos*, em cada caso cientificamente verificáveis, e também insiste, na realidade não menos explicitamente, sobre um determinismo concreto desta sucessão, atribuído a agentes que não são só econômicos e estruturais, senão também *superestruturais*. É precisamente desta multiplicidade e entrecruzamento de agentes e ações, internos e externos, de onde se deriva nestes parágrafos a *não unilinearidade* da sucessão de formações sociais ou da evolução de suas instituições, a respeito dos quais, portanto, ficam abertas *diversas* alternativas<sup>21</sup>.

Ficaria por sublinhar, neste ponto, a propósito dos fragmentos do terceiro rascunho de resposta a Vera Zasulich citado por nós, a importante indicação sobre as formações sociais de *transição* e mais em geral, das *fases de transição* de uma formação social ou uma época histórica a outra. Mas preferimos fazer preceder nossas considerações sobre o tema pela citação de uma passagem do livro I de *O Capital* na qual Marx – já muito antes da versão da carta de resposta a Vera Zasulich – recorreu a comparações entre formações ou épocas

---

<sup>20</sup> Para a história e a crítica destas interpretações *unilineares* do pensamento de Marx sobre a sucessão das formações sociais e sobre o processo histórico em geral, vide Gianni Sofri (1977).

<sup>21</sup> A menos de um ano depois da redação dos rascunhos e da carta de resposta a Vera Zasulich, em seu *Prefácio* à segunda edição russa do *Manifesto do Partido Comunista*, de janeiro de 1882, à pergunta: “poderá a *Obchtchina* [(comunidade rural)] russa [...] transitar imediatamente para a [forma] superior da [...] [propriedade coletiva] comunista? Ou, inversamente, terá de passar primeiro pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente?” (MARX; ENGELS, 1997, p. 8). Marx e Engels (1997, p. 8) respondiam: “A única resposta a isto que hoje em dia é possível é esta: se a revolução russa se tornar o sinal de uma revolução proletária no Ocidente, de tal modo que ambas se completam, a actual propriedade comum russa do solo pode servir de ponto de partida de um desenvolvimento comunista”. Marx e Engels (1997) não se inspiram, pois, em nenhum esquema preestabelecido para responder à pergunta relativa à sucessão de diversas formações sociais ou à evolução de duas instituições, o que dependerá, em cada caso, da distinta eficácia e ao cambiante entrelaçamento de agentes internos e externos, estruturais e superestruturais. Mas esta posição *metodológica* mudará quando, depois da morte de Marx, e frente ao desenvolvimento cada vez mais rápido do capitalismo na Rússia, Engels chega à conclusão de que “a grande indústria na Rússia mata a comuna agrícola” (ENGELS, 1979, p. 366). Escrevera Engels (1979 [1968], p. 37) em sua carta ao mesmo Danielson em 24 de fevereiro de 1893: “Se nós no Ocidente tivéssemos uma evolução econômica mais rápida, se fôssemos capazes de derrubar a ordem capitalista 10 ou 20 anos atrás, quem sabe a Rússia tivesse tido tempo para quebrar a tendência a desenvolver-se, como nós, para o capitalismo”. E, em 1894, em seu *Posfácio* às *Condições sociais na Rússia* de 1875, Engels escrevera: “Mas esta propriedade comunitária não basta para produzir a forma social (*Gesellschaftsform*) inferior (a fundada sobre a comunidade camponesa) capaz de gerar, por si mesma, a futura sociedade socialista, que é o produto característico e último do capitalismo. Cada formação econômica (*ökonomische Formation*) tem seus próprios problemas, que surgem dela própria; querer resolvê-los nos de outra formação (*Formation*) totalmente estranha seria pura loucura [...]. Só quando a economia capitalista for superada em sua própria pátria e nos países que dependem dela, os países menos avançados poderão aprender seu exemplo ‘de como fazer’, ‘como se pôr ao serviço da comunidade as modernas forças produtivas convertidas em patrimônio comum, só então poderão se lançarem a este processo abreviado de desenvolvimento [...]. Isto vale para todos os países pré-capitalistas, não somente para a Rússia” (ENGELS, 1977 [1963], p. 428).

históricas e formações e épocas geológicas, que vimos serem retomados nos diversos rascunhos da carta que referenciamos.

Escrevera Marx: “Trata-se, aqui, apenas dos traços característicos mais evidentes, universais, pois as épocas da história da sociedade são tão pouco demarcadas por limites abstratamente rigorosos quanto as épocas da história da Terra”<sup>22</sup>.

Por outro lado, pode-se lembrar como no mesmo livro I de *O Capital* (precisamente com uma explícita referência às “formações econômico-sociais desaparecidas”) Marx recorre não somente a comparações geológicas como também paleontológicas:

A mesma importância que as relíquias de ossos [(*der Bau*)] têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de [...] [formações econômicas da sociedade (*untergangener ökonomischen Gesellschaftsformation*)] extintas<sup>23</sup>.

Precisamente com referência aos termos adotados por Marx e Engels para designar as noções “estrutura”, “superestrutura” e outras similares, Gramsci já observou que:

O estudo da origem linguístico-cultural de uma metáfora empregada para indicar um conceito ou uma relação recentemente descoberta, pode ajudar a entender melhor o próprio conceito, uma vez que este é relacionado com o mundo cultural, historicamente determinado, de onde surgiu; da mesma maneira que é útil para precisar o limite da própria metáfora, ou seja, para impedir que se cristalice e se torne mecânica. As ciências experimentais e naturais foram, em certa época, um modelo, um tipo; e posto que as ciências sociais (a política e a historiografia) buscavam um fundamento objetivo e cientificamente adaptado para lograr para si mesmas a segurança e energia das ciências naturais, é fácil compreender que recorreram a estas para formarem uma linguagem<sup>24</sup>.

Estas considerações de Gramsci se aplicam perfeitamente às referências e às comparações geológicas (e paleontológicas) de Marx sobre a noção e o termo de “formação social” quando se tem ideia de como, precisamente na passagem do *Prefácio* ao livro 1 de *O Capital* já citada em relação a nossa nota 14, Marx mesmo fala do “desenvolvimento da formação econômica da sociedade (*der ökonomischen Gesellschaftsformation*) como de um processo histórico-natural (*naturgeschichtlicher Prozess*)”. Se bem podemos concluir sobre este ponto, o caráter dinâmico e não estático da mais madura noção marxista de “formação social”, concebida justamente como um *processo*, é destacado posteriormente na troca de uso

---

<sup>22</sup> Marx (2013, p. 445).

<sup>23</sup> Marx (2013, p. 257).

<sup>24</sup> Gramsci (1971, p. 77-78).

do termo “forma” pelo de “formação”. Mudança na qual não é estranha, como já vimos, a referência a outro *processo* histórico-natural: o das *formações geológicas*. Por outra parte, esta mesma referência serve a Marx para sublinhar, ainda que em outra direção, o caráter dinâmico e não estático e esquemático de toda formação social (e de toda formação geológica) na medida em que lhe permite determinar como nem uma nem outra podem ser demarcadas com “limites abstratamente rigorosos”, uma vez que supõe, ao contrário, formações e fases de *transição*.

Pedimos desculpas pela insistência e (se preferir) pieguice filológica com que achamos adequado afrontar os problemas da elaboração sucessiva da terminologia marxiana relativa à noção de “formação social” e das conseqüências que as soluções por nós apresentadas a tais problemas supõem – seja pela caracterização dinâmica e não estática da própria noção; seja no que concerne aos limites “não abstratamente rigorosos” entre as formações sociais – a existência, minimamente, de formações sociais e de fases de transição – seja, enfim, ao que diz respeito à ordem de sucessão, não obrigatório e não linear, dessas mesmas formações sociais diversas. Mas esta breve revisão da problemática afrontada por nós até aqui deveria mostrar que *estas* preocupações diretas aos temas que, como já havíamos levantado no início desta nota – tanto no plano político, como no historiográfico e no teórico em geral – deram e dão lugar aos debates no pós-guerra. Basta lembrar o debate sobre o plano mais especificamente político, por exemplo, do nexos evidente entre o que se vem levantando a propósito das formações e das fases de transição, por um lado, e o tema do socialismo, caracterizado como fase de transição do capitalismo ao comunismo ou, ao invés, como formação social relativamente autônoma. Do mesmo modo, basta recordar no plano historiográfico a luz que – acerca da dificuldade e dos debates relativos aos problemas da periodização, destacados por Hobsbawm na citação de nossa nota 2 – pode lançar a insistência de Marx na caracterização de toda formação social como um processo e a conseqüente impossibilidade de demarcar as formações sociais entre si com limites abstratamente rigorosos. Por fim, rememorar a importância que assume esta insistência sobre a caracterização de toda formação social como processo aos objetivos daquele debate geral animado, no plano teórico, pela contraposição de leituras e interpretações anti-historicistas e anti-humanistas de Marx, tais como as de Althusser, de Balibar e de outros, às de Lênin, de Antonio Labriola ou de Gramsci.

Antes de passar a um aprofundamento destes temas, e com referência à contribuição realizada sobre por Lênin, é necessário ainda completar nossa análise da elaboração de uma terminologia marxiana sobre o tema fazendo algumas considerações sobre o adjetivo

“econômica” (*ökonomische*) que – a partir da *Introdução* de 1859 à *Contribuição à Crítica da Economia Política* – aparece, nos textos de Marx e Engels, como parte integrante da precedente fórmula abreviada de “formação social” (*Gesellschaftsformation*) que, por sua vez, segue sendo muito utilizada ainda sem esse complemento. Está fora de discussão, considerando o mesmo contexto no qual o adjetivo “econômica” aparece pela primeira vez posto naquela passagem<sup>25</sup> com a habitual “formação da sociedade” (ou “social”) que Marx quis destacar, com este complemento, a importância particular por ele atribuída na “formação econômica da sociedade” precisamente àqueles *modos de produção*, que (como ele escreve), “podemos designar como outras tantas épocas progressivas da formação econômica da sociedade”. Nem pode nos assombrar que a intenção de sublinhar este ponto foi realizado pela primeira vez, justamente, na *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*, no qual se conservou a mais sintética e precisa formulação das categorias (e das relações entre as categorias) fundamentais do materialismo histórico, tais como as de “forças produtivas”, “relações de produção”, “estrutura econômica”, “superestrutura jurídica e política”, “forma da consciência social”, entre outras<sup>26</sup>; sem esquecer de referirmos explicitamente ao manuscrito de *A Ideologia Alemã*, em que a noção de “formação econômico-social” foi elaborada pela primeira vez, mesmo que sem uma terminologia precisa<sup>27</sup>. Pode-se enfatizar, em síntese, que a explicação do adjetivo (e, com ele, da caracterização) “econômica” no termo “formação econômico-social” corresponde, na elaboração de Marx, àquele mesmo processo que o levava a liberar seu critério de periodização historiográfica de seu fundamento jurídico (“relações ou formas de propriedade”), que ainda prevalece em *A Ideologia Alemã*, para atribuir-lhe o sentido econômico-produtivo de “relações de produção”<sup>28</sup>.

A inovação terminológica é sem dúvida de notável importância e, não por casualidade, veremos Lênin, em particular, adotá-la correntemente em seus escritos. Contudo, vale a pena observar que já o termo mais antigo com que Marx e Engels designaram a noção de “formação econômico-social” – o de “forma social (o de sociedade)” (*Gesellschaftsform*) – expressa, de todo modo, este conjunto particular e preeminente que se lhe atribui no sistema de relações de produção, à estrutura econômica, na caracterização de toda formação dada. Devemos lembrar que na escola hegeliana o termo “forma” era já muito usado para designar

<sup>25</sup> Vide o texto em relação a nossa nota 12, Marx (2008, p. 48).

<sup>26</sup> Marx (2008, p. 47-48).

<sup>27</sup> Marx (2008, p. 49).

<sup>28</sup> Vide nossa nota 7 e as citações nela feitas.

nem tanto a forma exterior, senão a estrutura íntima<sup>29</sup>; de maneira que já estava aberta a via para a passagem de uma expressão como a de “forma de sociedade” ou como a de “forma econômica da sociedade”<sup>30</sup> à “formação econômico-social”. Em nossa opinião, Antonio Labriola havia acessado eficazmente no curso deste desdobramento semântico do termo “forma”, assim como ao conjunto privilegiado atribuído, no materialismo histórico, ao sistema de relações de produção, quando – sobre o problema da previsão histórica – escrevia Marx:

Ele e Engels falavam da sociedade do provir – dada a hipótese da ditadura do proletariado – não sob o aspecto intuitivo, não da maneira como apareceria a quem a observasse, senão *sob o aspecto do princípio diretivo da forma, ou seja, da estrutura econômica* e, particularmente, em oposição com a sociedade atual<sup>31</sup>.

Este “aspecto do princípio diretivo da forma” – quer dizer, o problema do modo e do sentido em que se exerce o conjunto privilegiado que no devenir social tem o sistema de relações de produção, a estrutura econômica – foi depois de Marx o centro dos debates desenvolvidos ao redor da concepção materialista da história, no campo dos estudiosos e dos políticos marxistas e também fora dele. Mas os que se ocuparam do problema com uma referência explícita e *específica* à noção de “formação econômico-social” e a seu aprofundamento no plano político, historiográfico e teórico geral, ficaram relativamente isolados, inclusive no campo especificamente marxista. Entre os expoentes máximos do “marxismo da II Internacional”, Plejanov, por exemplo – que dedicou também aos problemas da relação entre a estrutura e a superestrutura uma importante parte de sua produção científica e de suas publicações – não deixou, praticamente, nenhuma contribuição a tal aprofundamento; e ainda onde precedendo ao próprio Lênin escreveu páginas de grande importância sobre as perspectivas de uma formação econômico-social *determinada*, a capitalista na Rússia<sup>32</sup>, deixou-nos somente indicações fugazes e frequentemente imprecisas sobre aqueles problemas políticos, historiográficos e teóricos gerais que referiam direta e especificamente à noção de formação econômico-social<sup>33</sup>. Ainda, quem buscar no índice de

---

<sup>29</sup> Vide, por exemplo, Hegel (1995, p. 253), que diz: “A forma é, assim, *conteúdo* e, segundo sua determinidade desenvolvida, é a *lei* do fenômeno”.

<sup>30</sup> Sobre isso ver, por exemplo, as citações de nossas notas 9 e 10.

<sup>31</sup> Labriola (2002, p. 66 – grifo nosso).

<sup>32</sup> Plekhanov (1956, p. 115-370).

<sup>33</sup> Assim, por exemplo, Plekhanov (1908) escrevia: “Transformações graduais que [...] culminam finalmente numa transformação da qualidade, ou seja, no desaparecimento do antigo modo de produção – ou da antiga formação social, segundo expressão empregada por Marx neste caso – e na sua substituição por um modo de



temas da edição russa<sup>34</sup> dos textos de Plekhanov o termo “formação econômico-social”, encontrará nos cinco grossos volumes nada mais que doze referências (dizemos bem, doze referências), o que é bem pouco se se pensa que nas obras de Marx, ao contrário, as referências diretas e explícitas à noção de “formação econômico-social” são, pelo menos, quarenta. Porém, quando se aferi quais são, na realidade, as passagens dos escritos de Plekhanov nas quais, sob aquele termo se faz referência no índice de temas, alguém pode descobrir que – salvo nas passagens que são citações de Marx, nos quais o próprio e não, portanto, Plekhanov, fala de “formação econômico-social” – trata-se de fragmentos que somente o redator soviético do índice, como bom marxista e leninista, classificou sob aquele termo, mas em que a expressão “formação econômico-social” não é usada *nem si quer uma única vez* e onde se fala, no máximo, de “estrutura”, de “regime” ou bem de “formas sociais”, quer dizer, de noções que acerca a de “formação econômico-social” *podiam* ser colocadas em qualquer relação (o que Plekhanov, entretanto, *não faz* em absoluto), mas que foram distinguidas significativamente dela na elaboração de Marx.

Considerações semelhantes às desenvolvidas sobre Plekhanov valem, igualmente, para outro dos expoentes máximos do “marxismo da II Internacional”, Karl Kautsky, em cuja obra, por outro lado, muito mais que na do mesmo Plekhanov, adquire grande relevo as pesquisas historiográficas e nas que portanto deveriam se encontrar frequentes referências a uma noção como a de “formação econômico-social”, de importância central aos objetivos de uma periodização historiográfica marxista. Todavia, estas referências faltam não só nas obras ou nos ensaios historiográficos de Kautsky, mas também nos dois maciços volumes de seu *Die materialistische Geschichtsauffassung*<sup>35</sup>, em que experimentou resumir e recapitular, por assim dizer, todas suas interpretações sociológicas, historiográficas, políticas e teóricas gerais sobre a concepção materialista da história. Ainda que no índice temático desta obra é vã a busca por um termo como “formação econômico-social”, sob outras vozes (como “modo de produção”, por exemplo, “relações de produção”, “história”, “concepção da história”, ou “sociedade”, entre outros) encontram-se menções a um tratamento que poderia (e deveria) implicar na noção de “formação econômico-social”, mas é justamente esta última a que é sistematicamente evitada e contornada. Além: em um caso (o único, se não estamos errados), no qual o termo *ökonomische Gesellschaftsformation* (“formação econômica da sociedade”) surge, nos dois grossos volumes de Kautsky, por meio de uma citação de Marx, é logo

---

produção novo”. Revela-se aqui a confusão que Plekhanov faz (atribuindo-a injustamente a Marx) entre a noção de “formação econômico-social” e a de “modo de produção”.

<sup>34</sup> Vide Plekhanov (1956, p. 861-895), já citado na nota 32.

<sup>35</sup> O índice temático da obra está no segundo volume de Kautsky (1927, p. 866-890).

“reinterpretado” no comentário do próprio Kaustky<sup>36</sup>, no sentido de *gesellschaftliche Formen*, ou seja, como “formas sociais”, que é, por outra parte, o termo estático, antes que dinâmico, empregado por Kaustky, como por Plekhanov, em lugar do marxiano “formação econômico-social” ou ainda mais, como sinônimo do marxiano “modo de produção”<sup>37</sup>.

Trata-se, em suma por parte destes expoentes máximos do “marxismo da II Internacional”, da total incompreensão (quando não, sem mais, do sistemático rechaço) de uma das categorias fundamentais da marxiana concepção materialista da história; e quando se considera o fato de que observações semelhantes poderiam ser repetidas à maioria dos *outros* expoentes deste mesmo “marxismo da II Internacional” – com as duas únicas e significativas exceções, se não estamos errados, de Antonio Labriola<sup>38</sup> e de Franz Mehring – deixará aparecer melhor a importância central que Lênin dará, desde suas primeiras obras, a esta noção de “formação econômico-social”, assumindo o valor de uma verdadeira *restauração*, também neste campo, no da teoria e no da prática do marxismo revolucionário, sem mencionar seu posterior aprofundamento.

O que é que a maioria dos “marxistas da II Internacional” havia iludido, falseado ou rechaçado e que Lênin restaurou, aprofundou e desenvolveu na noção marxiana de “formação econômico-social”? Os materiais mais válidos para responder a indagação nos são oferecidos pelo próprio Lênin, que desde seus primeiros trabalhos – em seu ensaio *Quem são os amigos do povo?*<sup>39</sup>, escrito e publicado em 1894 – começa a situar de novo não somente a noção, mas também o termo “formação econômico-social”<sup>40</sup> no cerne que Marx lhe havia atribuído como expressão de uma categoria *fundamental* do materialismo histórico.

Sublinhou-se justamente que<sup>41</sup> – diferentemente de outras como aquelas, por exemplo, de “relações” ou de “modo de produção”, de “estrutura econômica de base” ou de

<sup>36</sup> Kaustky (1927, p. 616). Como na passagem de Plekhanov de nossa nota 33, também aqui a citação de Marx à que se referencia é a da *Introdução* de 1859 à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, para qual vide o texto de nossa nota 12.

<sup>37</sup> Vide, por exemplo, Kaustky (1927, p. 689 e *passim*).

<sup>38</sup> Neste sentido é característico o fato de que o único caso no qual Plekhanov fala em suas obras de “formação econômico-social” e de “formação social” em um contexto que não seja uma citação de Marx é, precisamente, o de sua resenha dos *Essais sur la conception matérialiste de l’histoire* de Labriola (1897), publicada no mesmo ano na revista *Novoe slovo*. Vide este ensaio-resenha em e, particularmente, para referência às “formações” em Plekhanov (1956, p. 245 e *passim*). Naquele mesmo ano, em seu panfleto *Perlas de la proyectomanía populista*, Lênin indicava como “excelente livro” o exemplar de Labriola (LÊNIN, 1977b, p. 486); e, sempre sobre a mesma obra de Labriola, caracterizava-a como “uma defesa extremadamente inteligente de nossa doutrina” em uma carta a sua irmã Ana de 10 (22) de dezembro de 1897.

<sup>39</sup> Lênin (1894).

<sup>40</sup> Em Lênin, assim como na literatura soviética, o termo geralmente usado é o de “formação socioeconômica” (*Obshchetvenno-ekonomicheskaiia formaciia*); ainda que o autor ao citar parágrafos de Marx traduza do alemão *ökonomische Gesellschaftsformation* como “formação econômico-social” (*ekonomicheskaiia obshchestvennaia formaciia*).

<sup>41</sup> Dshunusov (1960, p. 110-117).

“superestrutura jurídico-política” ou “ideológica”, entre outras – esta categoria expressa a *unidade* (e, agregaremos, a *totalidade*) das diferentes esferas: econômica, social, política e cultura da vida de uma sociedade; e a expressa, além disso, *na continuidade* e ao mesmo tempo *na descontinuidade de seu desenvolvimento histórico*. Contudo, precisamente este papel e importância fundamentais atribuídos, em primeiro lugar, por Marx e por Lênin a uma categoria como a de “formação econômico-social”, eram ignorados, rechaçados ou negados pela maioria dos expoentes do “marxismo da II Internacional” e, ainda, não faltam entre os estudiosos marxistas mais atentos aqueles que reduzem o conceito de “formação econômico-social” em Marx ao de “complexo das relações de produção, estrutura econômica de base da sociedade numa determinada época”, atribuindo unicamente a Lênin uma elaboração e um desenvolvimento posterior do próprio conceito, incluindo a proposição da unidade de *todas* as esferas, estruturais e superestruturais ou outras da vida social<sup>42</sup>.

Por nossa vez, não queremos subestimar de modo algum – e justamente sobre este ponto havíamos querido e queremos insistir em primeiro lugar – a importantíssima contribuição que Lênin aportou à *explicitação*, à *ênfase* e ao *aprofundamento* deste conceito marxiano de “formação econômico-social”, enquanto conceito da *unidade* de todas as esferas, estruturais e superestruturais ou outras da vida social; da *continuidade* e, ao mesmo tempo, da *descontinuidade* do desenvolvimento histórico; conceito que, *justamente por isto*, eleva-se à posição e ao patamar de categoria central e fundamental do materialismo histórico. Não é por menos que Lênin, particularmente em *Quem são os “amigos do povo”?* (*Ce que sont les “amis du peuple” et comment ils luttent contre les social-démocrates?*), explicita, enfatiza e aprofunda este conceito de “formação econômico-social”, *partindo de indicar citações de Marx e isso em todo seu discurso, em toda sua ilustração*. De modo que, negar a *substancial* continuidade da concepção leninista acerca da marxiana neste tema, significa voltar a cair na incompreensão daqueles “marxistas da II Internacional”, que acabavam por iludir, falsear ou rechaçar de fato a noção (e até o termo) de “formação econômico-social”, reduzindo-a ou a identificando com a de “conjunto das relações de produção” ou com “modo de produção” ou, enfim, com “estrutura econômica de base” ou, simplesmente, com “base econômica”. Quem reler com atenção as citações de Marx que Lênin faz em *Quem são os “amigos do povo”?* como apoio de sua argumentação, ou as feitas por nós neste ensaio, reconhecerá facilmente as incongruências que aparecem quando se quer reduzir a noção marxiana de “formação

---

<sup>42</sup> Assim, por exemplo, Bagaturia (1968), em seu estudo citado em nossa nota 3, sobre tal desenvolvimento e extensão do conceito de Marx, refere-se também à passagem (em Lênin e no sucessivo uso soviético) da expressão “formação econômico-social” à de “formação socioeconômica”. A respeito veja nossa nota 40.

econômico-social” à de “modo de produção” ou à de “base econômica” ou outras similares. E para começar verdadeiramente com o *primeiro* uso do termo “formação social” (*Gesellschaftsformation*), em 1858, em *Grundrisse* de Marx<sup>43</sup>, o que podia significar em tal caso uma frase como: “[...] as *formações sociais* cujo *fundamento* é constituído pela propriedade comunal já dissolvida [...]” (MARX, 2011, p. 757 – grifo nosso)? Se alguém quisera reduzir a noção de “formação social” à de “base econômica”, encontráramo-nos frente à incongruência... de um “fundamento” da “base”<sup>iv</sup>. O mesmo sucede se se considera o primeiro uso do termo “formação econômico-social” (ou “da sociedade”) em sua expressão mais completa (*ökonomische Gesellschaftsformation*)<sup>44</sup>. Também aqui jamais poderia haver sentido – para quem quisesse reduzir a noção de “formação econômica da sociedade” (*ökonomische Gesellschaftsformation*) à de modo de produção – uma frase como aquela que propõe que “[...] podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da [...] [formação econômica da sociedade (*der ökonomischen Gesellschaftsformation*)]<sup>ii</sup>” (MARX, 2008, p. 48). Não está claro, ao contrário, que um termo como “formação social (ou da sociedade)” (*Gesellschaftsformation*) longe de estar confinado à esfera econômica representa a *totalidade* da vida social, na *unidade* de todas as esferas, na *continuidade* e, ao mesmo tempo, na *descontinuidade* de seu desenvolvimento histórico? E, talvez, esta incidência total, sociológica e *historiográfica* (e não simplesmente *econômica*) da noção de “formação social” não está confirmada por outra afirmação que Marx faz, sobre a formação social burguesa, quando escreve que “com essa formação social termina, pois, a pré-história da sociedade humana” (MARX, 2008, p. 48)?

Poderíamos continuar reiteradamente com citações de *outras* passagens de Marx, nas que – como na última que acabamos de citar – a noção de “formação econômico-social” se coloca inequivocamente no plano da *história*, que é, voltando a dizer, o da totalidade e unidade de *todas* as esferas (estruturais, superestruturais ou outras) da vida social, na (des)continuidade de seu desenvolvimento histórico.

Isto não elimina que em Marx como, por outro lado, no próprio Lênin, o acento seja posto antes de tudo sobre a parte privilegiada, por assim dizer, que corresponde às relações de

---

<sup>43</sup> Vide o texto de nossa nota 11.

<sup>iv</sup> A tradução de Sereni traz no lugar de “fundamento” o termo base, ficando então o final desta frase “uma ‘base’ da ‘base’”. Mas preferimos manter o texto como na tradução em português de Marx (2011), fazendo esta adaptação ao texto de Sereni.

<sup>44</sup> Vide no texto de nossa nota 12, a passagem da *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* a que ela faz referência.

<sup>ii</sup> Inserções feitas a partir da tradução de Emilio Sereni ao fragmento citado, uma vez que em Marx (2008, p. 48) as partes da citação foram traduzidas, respectivamente, como “Uma sociedade” e “formação da sociedade econômica”.

produção na caracterização de uma determinada formação econômico-social, e que em Lênin, assim como em Marx, esta acentuação está ligada à necessidade primordial da polêmica contra a dominante concepção idealista e subjetivista da história. É Lênin mesmo quem o propõe explicitamente em *Quem são os “amigos do povo”?*, por exemplo, quando escreve:

E esta ideia do materialismo na sociologia era, por si, genial. Naturalmente, entende-se que *ainda* não era senão uma hipótese, mas uma hipótese que pela primeira vez tornava possível tratar os problemas históricos e sociais de um modo estritamente científico. Incapazes de descerem até relações tão simples e primárias como as de produção, os sociólogos seguiram diretamente à análise e ao estudo das formas políticas e jurídicas. Eles esbarravam no fato de que estas formas surgiriam destas ou de outras ideias da humanidade num dado momento – e não passavam daí. Desse modo, as relações sociais seriam estabelecidas pelos homens conscientemente. Mas esta dedução [...] estava em completa contradição com todas as observações históricas. [...] O materialismo eliminou esta contradição, aprofundando a análise até a origem das ideias sociais do homem; e sua conclusão de que o desenvolvimento das ideias depende do curso das coisas, sendo a única conclusão compatível com a psicologia científica. Além disso, por outro ponto de vista, esta hipótese ascendeu, pela primeira vez, a sociologia ao grau de uma ciência. Até agora, os sociólogos distinguem com dificuldade, na complexa rede de fenômenos sociais, aqueles que eram importantes e os que não eram (aqui está a raiz do subjetivismo na sociologia); para esta distinção não puderam encontrar um critério objetivo. O materialismo proporcionou um critério perfeitamente objetivo ao sublinhar as “relações de produção” como a estrutura da sociedade e oferecendo a possibilidade de se aplicar a essas relações o critério científico geral da repetição – critério que, segundo os subjetivistas era inaplicável à sociologia. Enquanto limitavam-se a relações sociais ideológicas (ou seja, relações que, antes de se constituírem, passam pela consciência dos homens), não poderiam encontrar a repetição e a regularidade nos fenômenos sociais em distintos países, e sua ciência era, na melhor das hipóteses, uma descrição desses fenômenos, recopilando matéria-prima. A análise das relações sociais (quer dizer, das estabelecidas sem a passagem pela consciência humana: na troca de produtos, os seres humanos estabelecem relações de produção, mesmo sem perceberem que se trata de relações sociais de produção) permitiu a observação da repetição e da regularidade e generalizar os regimes dos distintos países em um só conceito fundamental: a formação social. Apenas esta sua generalização permitiu passar da descrição dos fenômenos sociais (e sua valorização do ponto de vista ideal) a sua análise estritamente científica que clarifica, por exemplo, aquilo que distingue um país capitalista de outro e analisa o que há de comum em todos.

Em terceiro lugar, uma outra razão para que esta hipótese, pela primeira vez, tornou possível uma sociologia *científica*, é que reduzindo as relações sociais a relações de produção e estas últimas ao nível de forças produtivas, foi atribuído uma sólida base para considerar o desenvolvimento das formações sociais como um processo histórico-natural. E subentende-se que, sem tal ponto de vista, não pode haver consciência social. (Os subjetivistas, por exemplo, apesar de reconhecer que os fenômenos históricos se regem por

---

<sup>v</sup> Acatamos a opção da versão espanhola do texto de Sereni que cortou algumas partes da citação a Lênin (1894, p. 3).

leis, não foram capazes de ver sua evolução como um processo histórico-natural – precisamente porque pararam nas ideias e nos objetivos sociais do homem, sem poder reduzi-los a relações sociais materiais).

E Marx, depois de expressar esta hipótese depois de 1840, iniciou o estudo dos fatos materiais. Toma uma formação econômica da sociedade – o sistema da economia de mercado – e sobre a base de uma quantidade prodigiosa de dados (estudados por, pelo menos, 25 anos) fornece uma análise detalhada das leis de funcionamento desta formação e de seu desenvolvimento. Esta análise trata unicamente das relações de produção entre os membros da sociedade: sem nunca recorrer, em suas explicações, a fatores fora das relações de produção. Marx permite ver como se desenvolve a organização mercantil da economia social; como ela se transforma em economia capitalista e a cria classes antagônicas (desta vez no contexto das relações de produção), a burguesia e o proletariado; como esta economia desenvolve a produtividade do trabalho social e introduz um elemento que entra em contradição irreduzível com os próprios princípios da organização capitalista<sup>45</sup>.

No texto de Lênin, a passagem aqui reproduzida está imediatamente precedida pela citação (por nós omitida por razões de brevidade) do famoso fragmento da *Introdução* de 1859 às *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx, em que estão sintetizados os fundamentos da concepção materialista da história. Quando se tem uma posição como a que resulta deste contexto, parece verdadeiramente difícil afirmar que Lênin, diferentemente que Marx, destacou em *menor* medida o caráter privilegiado das relações de produção na caracterização de uma formação econômico-social. Ao contrário. Podemos observar a respeito que Lênin sublinha e explicita uma característica fundamental das relações de produção – a de sua mais evidente e perceptível *reiterabilidade e regularidade* sobre outras relações, como as de tipo ideológico – que havia ficado somente implícita nas precedentes elaborações marxianas e que agora, ao invés, adquire um relevo particular na motivação do valor *científico*, a que somente recorrendo a uma categoria como a de “formação econômico-social” pode se elevar a sociologia e a historiografia. Mas logo em seguida ao insistir dessa maneira no recurso exclusivo por parte de Marx, do estudo das relações de produção como *explicação* do funcionamento e da evolução de dada formação econômico-social, Lênin continua:

Tal é o *esqueleto* de *O Capital*. Mas o principal é que Marx não se contenta com este esqueleto, que não se atem apenas à “teoria econômica” no sentido comum do termo; que, ao explicar a estrutura e o desenvolvimento de uma dada formação social exclusivamente pelas relações de produção, ele sempre e em todas as partes analisou as superestruturas correspondentes às relações de produção e revestia o esqueleto de carne e sangue. O sucesso considerável de *O Capital* vem, pois, exatamente do fato deste livro de um “economista alemão” revelar ao leitor toda a formação social capitalista como uma coisa

---

<sup>45</sup> Lênin (1894, p. 3).

viva – com os fatos da vida cotidiana, com as manifestações sociais concretas do antagonismo das classes inerente às relações de produção, com a superestrutura política burguesa protegendo o domínio da classe dos capitalistas, com as ideias burguesas de liberdade, de igualdade, entre outras, com as relações familiares burguesas<sup>46</sup>.

*Quem são os “amigos do povo”?* foi redigido e publicado em 1894 e marca – contra o silêncio e as deformações dos principais representantes do “marxismo da II Internacional” – o início da restauração e do aprofundamento por Lênin da noção marxiana de “formação econômico-social” como categoria *central* da concepção materialista da história. É significativo o fato de que, já nesta primeira proposição, o destaque correspondente às relações de produção em posição privilegiada na caracterização de uma formação econômico-social, seja associado imediatamente por Lênin ao do plano *histórico* no qual a própria noção de formação econômico-social se coloca: o da totalidade e unidade de *todas* as esferas – estruturais, superestruturais ou outras – da vida social, na (des)continuidade de seu desenvolvimento. Nem menos significativo aparece o fato de que durante os mesmos anos no primeiro e segundo de seus *Ensaio*s sobre o materialismo histórico, respectivamente de 1895 e 1896, Antonio Labriola sublinha, quase com as mesmas palavras de Lênin, esta incidência histórica *global*, e não somente econômica, da noção de formação econômico-social:

Possuímos somente uma história: não há como comparar a real, que de fato aconteceu, com outra meramente possível. Onde encontrar as leis dessa formação e desenvolvimento? As formações mais antigas não são evidentes a primeira vista. Mas a sociedade burguesa, como recentemente nascida e ainda não alcançou seu pleno desenvolvimento em todas as partes da Europa, mantém os traços embrionários de sua origem e de seu processo, os que se evidenciam plenamente nos países onde nasce diante de nossos olhos como, por exemplo, no Japão [...] ele nasceu no tempo certo, de modos designáveis e claros, embora variados [...].

Em movimentos breves e magistrais, como já observado, tal formação da sociedade moderna, ou burguesa, foi tipicamente refeita no *Manifesto*; que deu o perfil anatômico geral, em seus aspectos sucessivos de corporação, comércio, manufatura e grande indústria, e também a indicação de seus órgãos e sistemas complexos e derivados, que são o direito, as constituições políticas e assim por diante [...]

Erram os que, chamando-a a interpretação econômica da história, acreditam compreender e fazer compreender tudo [...]. Nossa posição é contrária. Aqui estamos na concepção orgânica da história. Aqui é a totalidade e a unidade da vida social que há ante o espírito. Aqui é a própria *economia* (quero dizer, o *ordenamento de fato* e não a ciência sobre ele) que vem firme no fluxo de um processo para aparecer, pois, em muitos estados morfológicos, em cada um dos quais serve como substrato a todo o resto, que lhe é correspondente e congruente. Não se trata, em suma, de estender o chamado fator econômico,

---

<sup>46</sup> Lênin (1894, p. 3).

abstratamente isolado, a todo o resto, como pensam nossos adversários, mas se trata primeiramente de conceber historicamente a economia e de explicar o resto das mudanças históricas por suas mudanças. Ali está a resposta a todas as críticas, que surge de todos os campos da douda ignorância ou da ignorância mal doutrinada, sem excluir aqueles socialistas imaturos, sentimentais ou histéricos<sup>47</sup>.

E Labriola acrescentava no segundo de seus *Ensaio*s dedicado ao materialismo histórico:

Mas que o fato sucedesse como precisamente sucedeu, que assumisse aquelas determinadas formas, que se vestisse com aquela roupagem, que se colorisse com aquela cor, que movesse aquelas paixões, que se manifestasse com aquele fanatismo: nisto consiste sua especificada circunstancialidade, que nenhuma presunção de análise pode fazer que deixe de ser o que foi. Somente o amor à paradoxa, inseparável sempre do zelo dos apaixonados divulgadores de uma doutrina nova, pode ter induzido alguns à crença de que para escrever a história basta pôr em evidência tão somente o *momento histórico* (amiúde não muito seguro e frequentemente de nenhum modo assegurável), lançando todo o resto como inútil fardo, com que os homens se encarregaram por capricho, como acessório em síntese, ou como simples bagagem ou, sem mais, como um não-ente.

[...] Há que se entender toda a história integralmente e [...] nesta noz e crosta formam uma coisa só, como dizia Goethe das coisas universais [...].

Para nós é indiscutível o princípio de que as formas da consciência não determinam o ser do homem, mas que este modo de ser determina precisamente a consciência (Marx). Mas estas formas da consciência, como que determinadas pelas condições de vida, são também história. Esta não é somente a anatomia econômica, senão tudo aquilo junto a que esta economia reveste e cobre, até os reflexos multicoloridos da fantasia [...].

Porque o verdadeiro problema é este: não se trata de substituir a história pela sociologia, como se aquela fosse uma aparência que oculta por trás de si uma realidade secreta, mas que, melhor, trata-se de entender integralmente a história, em todas suas intuitivas manifestações e de entendê-la mediante a sociologia econômica. Já não se trata de separar o acaso da substância, a aparência da realidade, o fenômeno do núcleo intrínseco, ou qualquer das outras fórmulas que empregariam os partidários de qualquer escolasticismo; senão de explicar o entrelaçamento e o complexo porquanto, justamente, os são. Não versa por descobrir e por determinar só o terreno social, para depois fazer aparecer sobre ele aos homens como marionetes, cujos fios são manipulados, já não pela providência, mas pelas categorias econômicas. Estas categorias são elas mesmas produtos de um devir e se torna como todo o resto. Porque os homens mudam com a sua capacidade e arte para vencer, dominar, transformar e usar as condições naturais; porque os homens mudam ideias e atitudes pela reação de seus instrumentos sobre eles mesmos. Porque os homens mudam suas respectivas relações de associação e, por isso, dependem de diferente maneira uns dos outros. Trata-se, em suma, da história e não de seu esqueleto. Versa-se pela narração e não pela abstração;

---

<sup>47</sup> Labriola (1895, p. 20-23).



trata-se de expor e de cuidar do conjunto e não já de determiná-lo e analisá-lo [...] <sup>48</sup>.

“O esqueleto” revestido de “carne e sangue” em Lênin; e “trata-se, em suma, da história e não de seu esqueleto” em Antonio Labriola: após de um longo eclipse dos máximos expoentes do “marxismo da II Internacional” da concepção unitária e total da história elaborada por Marx e centrada numa categoria que é, justamente, a de “formação econômico-social”, encontramos aqui, pela primeira vez (e, por vezes, com as mesmas palavras em Lênin e em Labriola), frente à recuperação e aprofundamento da reelaboração desta categoria, com tudo o que ela implica no plano teórico e prático, no que concerne à unidade e totalidade do processo histórico, à relação entre economia e política e à capacidade do homem de inserir sua prática revolucionária em dado contexto econômico e social.

A unidade e totalidade do processo histórico em primeiro lugar. Sobre este tema já Engels, nos últimos anos de sua vida, havia devido voltar e insistir particularmente, em sua correspondência, na sequência das simplificações e deformações cometidas contra a concepção materialista da história, não só por interessados adversários, mas também pelos neófitos muito precipitados<sup>49</sup>: não por acaso, precisamente, em seu renovado empenho por sublinhar a unidade e a totalidade do processo histórico, Engels se viu obrigado a lembrar, uma vez mais, um termo como o de “formação econômico-social”, que por longos anos foi usado também por ele menos do que o fazia Marx<sup>50</sup>.

É necessário reconhecer, entretanto, que em Lênin (e em Antonio Labriola) o destaque à unidade e à totalidade do processo histórico – e, *por isto mesmo*, o recurso continua numa categoria como a de “formação econômico-social” – assume, ainda mais que em Engels, o significado não somente de uma correção das simplificações e deformações, positivistas ou de outro tipo, da concepção marxiana da história, mas também o de uma explicitação e aprofundamento de um de seus temas centrais, que agora toma novamente todo o poder irresistível das mais vigorosas formulações de Marx. Se nas últimas cartas de Engels já citadas, a polêmica contra as simplificações e deformações da concepção materialista da história é encarada essencialmente sublinhando que as relações entre estrutura e

<sup>48</sup> Labriola (1999, p. 8-52).

<sup>49</sup> Sobre o assunto, consultar as cartas de Engels em Marx e Engels (1982, p. 539-570).

<sup>50</sup> Engels escrevia em sua carta de 5 de agosto de 1890 a Conrad Schmidt: “A história toda tem de ser estudada de novo, as condições de existência [...] das diversas formações sociais [...] [(*der verschiednem Gesellschaftsformationen*)] têm que ser investigadas em pormenor, antes de se tentar deduzir a partir delas os modos de ver [Anschauungsweise] políticos, de direito privado, estéticos, filosóficos, religiosos, etc., que lhes correspondem” (MARX; ENGELS, 1982, p. 543). Engels se refere também à necessidade de um estudo profundo das formações sociais (*Gesellschaftsformationen*) na continuação da mesma carta, lamentando o descuido cometido acerca da literatura mais recente do partido.

superestrutura não podem ser reduzidas à relação entre causa e efeito e que, ao contrário, devem ser referidas à categoria de “ação recíproca” (*Wechselwirkung*)<sup>51</sup>, em Lênin e em Labriola o que agora aflora, melhor dizendo, aflora *pela primeira vez* (em forma explícita, pelo menos) é justo a noção da *unidade e da totalidade do processo histórico*. E quando Lênin nos quis explicar as razões do enorme êxito e da grande influência histórica de *O Capital*, enfatiza no fato de que Marx logra com isso mostrar ao leitor “[...] toda a formação social capitalista como uma coisa viva [...]”<sup>52</sup>; assim como Labriola, refutando a “interpretação econômica da história”, fala-nos, ao contrário, da história como “da *totalidade e da unidade* da vida social”<sup>53</sup>.

Perante a uma afirmação como a de Engels – preferencialmente *analítica* e, portanto, *sociológica* –, relativa a “ações recíprocas”, o que agora emerge a um primeiro plano é uma formulação *sintética, totalizante* e assim mais propriamente *histórica* da noção de “formação econômico-social”. Desse modo, quando lemos em Lênin sobre a distribuição e a unidade numa formação econômico-social, “[...] entre a estrutura econômica da sociedade, como *conteúdo e forma* política e ideológica”<sup>54</sup>; quando lemos paralelamente em Labriola que “há que se entender toda a história integralmente [...] [e que] nesta noz e crosta formam uma coisa só, como dizia Goethe das coisas universais [...]”<sup>55</sup>, o que nos passa na mente sobre a noção de “formação econômico-social” e acerca da unidade e da totalidade de seu processo histórico, antes que uma das tardias formulações engelsianas, é aquela que Marx e Engels elaboraram na primeira exposição sistemática de sua concepção materialista da história, quando, numa variação do manuscrito original de *A Ideologia Alemã*, escreveram: “Nós conhecemos somente uma única ciência, a ciência da história”<sup>56</sup>.

Unidade e totalidade do *processo* histórico, dizemos. E falamos também que igualmente a Marx, uma expressão como a de “formação econômico-social”, volta agora a ser usada por Lênin e Labriola precisamente para caracterizar a intrínseca característica

---

<sup>51</sup> Assim, por exemplo, na carta de Engels a Franz Mehring de 14 de julho de 1893 está escrito: “Com isto se prende também a representação disparatada dos ideólogos de que, porque denegamos às diversas esferas ideológicas que desempenham um papel na história um desenvolvimento histórico autônomo, lhes denegamos também toda a *eficácia histórica* [...]. Está aqui subjacente a representação não-dialéctica ordinária de causa e efeito como pólos rigidamente contrapostos um ao outro, o absoluto esquecimento da acção recíproca [(*Wechselwirkung*)]. Os senhores esquecem, frequentemente, quase de propósito, que um momento histórico, logo uma vez posto no mundo por outras causas, finalmente económicas, reage também sobre aquilo que o rodeia [...] e pode mesmo retroagir sobre as suas causas” (MARX; ENGELS, 1982, p. 558).

<sup>52</sup> Vide a passagem de Lênin citada em nossa nota 46.

<sup>53</sup> Vide a passagem de Labriola citada em nossa nota 47.

<sup>54</sup> Lênin (1977a, p. 411). Este ensaio de Lênin, escrito entre o fim de 1894 e início de 1895, foi publicado pela primeira vez em 1895.

<sup>55</sup> Vide a passagem de Labriola citada na nota 48.

<sup>56</sup> Nota “d” em Marx e Engels (2007, p. 86).

*processual* e não estática dessa realidade unitária e total que os homens, *toda de uma só vez*, produzem em sua vida relacionada, em sua *história*; bastaria para documentá-lo inclusive só as passagens citadas destes autores, dos quais seria muito difícil encontrar ecos nas passagens dos expoentes do “marxismo da II Internacional”. E, na verdade, sempre de novo Lênin nos fala de “sua evolução (das “formações econômico-sociais”) como um processo histórico-natural”, “das leis do funcionamento desta formação e de seu desenvolvimento”<sup>57</sup>, e da “estrutura e o desenvolvimento de uma dada formação social”<sup>58</sup>, entre outros, fragmentos todos em que se pode observar que Lênin, além de recorrer a um nome que implica ação e movimento e não repouso, como é já por si mesmo o de “formação”, quase sempre os liga a outros como “evolução” ou “processo”, que vêm a sublinhar seu valor e sua acepção *processual* e intrinsecamente *historiográfica*. Se em Marx, por outro lado, o termo *Gesellschaftsformation* é usado, segundo o que já propomos, seja no sentido de *processo* de formação da sociedade, seja naquele do resultado ou do fato final que compreende tal processo, pode-se encontrar que Lênin, nesta segunda acepção, recorre mais a outros termos como, por exemplo, “ordem”, “constituição”, “forma (*uklad*) econômico-social”. Da mesma maneira, não menos explícito aparece o destaque do caráter processual, histórico de toda formação econômico-social determinada em Labriola, quando, sobre a formação burguesa, por exemplo, fala-nos “de sua origem e de seu *processo*”; ou quando imediatamente antes pergunta “onde encontrar as leis dessa formação e desenvolvimento?”<sup>59</sup>, relacionando assim novamente e quase identificando os termos de “formação” e de “desenvolvimento”.

Teremos momento, mais adiante, para citar outras passagens de Lênin e de Labriola, em que sua insistência na caracterização processual, histórica da “formação econômico-social” será posteriormente confirmada de maneira indiscutível. Porém desde já queremos destacar que tanto em um como em outro, tal caracterização histórica é acompanhada com a crítica vigorosa de toda forma de sociologismo, quer dizer, de toda tendência a uma consideração supra-histórica ou anti-histórica das relações, dos processos e dos fatos sociais. Não somente na passagem de Lênin já citada, na que reivindica para a hipótese marxiana a mesma possibilidade de produzir uma sociologia científica, porque “reduzindo as relações sociais a relações de produção e estas últimas ao nível de forças produtivas, foi atribuído uma sólida base para considerar *o desenvolvimento das formações sociais como um processo*

---

<sup>57</sup> Vide citação a Lênin em nossa nota 45.

<sup>58</sup> Vide citação a Lênin em nossa nota 46.

<sup>59</sup> Vide citação a Labriola em nossa nota 47.

*histórico-natural*”<sup>60</sup>; mas em toda a obra *Quem são os “amigos do povo”?* se dedicou, por assim dizer, ao exercício desta crítica contra toda forma de sociologismo.

Em que consiste propriamente a noção de formação econômico-social e qual sentido pode e deve ser considerado o desenvolvimento de semelhante formação como processo histórico-natural? Tais são as questões que diante de nós hoje. Já mostrei que, do ponto de vista de velhos economistas e sociólogos (que não são da Rússia), a noção de formação econômico-social é completamente supérflua: eles falam sobre a sociedade em geral, discutem com Spencer sobre a natureza da sociedade em geral, o propósito e a essência da sociedade em geral, entre outros. Em seus argumentos, os sociólogos subjetivistas invocam elementos como estes: o objetivo da sociedade é oferecer benefícios a todos seus membros; como consequência, a justiça demanda uma organização específica e o sistema que não corresponda a esta organização ideal [...] é anormal e deve ser suprimido. “A tarefa essencial da sociologia – declarou, por exemplo, o senhor Mikhaïlovski – é a de determinar as condições sociais em que uma ou outra necessidade particular da natureza humana é satisfeita”. Como se pode ver, o sociólogo tem interesse unicamente por uma sociedade que satisfaça à natureza humana, não lhes interessam saber sobre formações sociais que, para além disso, podem se basear em fenômenos que não dizem respeito à “natureza humana”, como a escravidão da maioria pela minoria. Também pode ser visto que, do ponto de vista do sociólogo, não se considera possível o desenvolvimento da sociedade como um processo histórico-natural. [...] Bem mais, nem mesmo considerar desenvolvimento, mas apenas vários desvios do “desejável”, de “vícios” que surgem na história dos homens sem inteligência, que não compreenderam as exigências da natureza humana e descobriram as condições necessárias à realização de uma ordem de coisas também sensata. É evidente que a *ideia fundamental de Marx – o desenvolvimento das formações econômico-sociais como um processo histórico-natural – corta pela raiz esta moral ingênua alegada pela Sociologia*<sup>61</sup>.

Mas não é somente contra estas formas mais elementais e ingênuas de um sociologismo anti-histórico que Lênin faz sua crítica. Em todo o curso de sua obra, não é menos severa a polêmica contra as posições que, ainda que definidas pela concepção materialista da história, por diversas vias, mais escondidas e refinadas, terminam por recair no sociologismo, por meio de uma *hipostação* do momento econômico, por meio de sua *absolutização*, que prescinde precisamente da historicidade concreta, que é sempre unidade e totalidade do processo histórico.

Seria impossível seguir com Lênin o desenvolvimento do fio vermelho que marca o longo caminho de sua luta contra esta forma particular de sociologismo, denominado por ele de “economismo”. Basta, para tanto, recordar só três etapas fundamentais: a da crítica do

<sup>60</sup> Vide a citação a Lênin em nossa nota 45. Grifo nosso.

<sup>61</sup> Lênin (1894, p. 2 – grifo nosso).

economismo sobre a função *política* da classe trabalhadora e da construção de seu partido revolucionário na Rússia dos anos 1894-1902, que culmina com a elaboração do *Quem são?* e na necessidade da formação do partido bolchevique; a segunda etapa é a da crítica do “economismo imperialista”<sup>62</sup>, que dá o fundamento teórico da batalha de Lênin contra o socialchovinismo e contra a traição da II Internacional no curso da primeira guerra mundial, premissa necessária para a fundação da III Internacional; e, por fim, a crítica de Lênin à chamada “teoria das forças produtivas”, com que o novo “economismo” dos Kautsky e demais senhores da II Internacional pretendiam negar o próprio direito de nascimento à Revolução de Outubro.

Em 1923, Lênin escrevia a respeito:

“O desenvolvimento das forças produtivas da Rússia não atingiu o nível que torna possível o socialismo”. Todos os heróis da II Internacional [...] alardeiam esta tese. E continuam nessa incontestável proposição de milhares de formas diferentes, julgando como critério decisivo para nossa revolução.

Mas se a situação que chamou a Rússia à guerra imperialista mundial, envolvendo todos os países mais ou menos influentes da Europa Ocidental [...] deu origem à circunstância que colocou a Rússia e seu desenvolvimento em condições que permitiram alcançar precisamente essa combinação de uma “guerra camponesa” com o movimento operário, assim como a possibilidade apontada em 1856 por nenhum marxista menos que o próprio Marx para a Prússia?

E se a situação de completo desespero multiplicou os esforços dos operários e dos camponeses, oferecendo-nos a oportunidade de criar os requisitos fundamentais de civilização de maneira diversa da dos países da Europa Ocidental? Alterou-se assim a linha geral de desenvolvimento da história mundial? Alteraram-se as relações básicas entre as classes fundamentais de todos os países que passam, ou que passaram, pelo curso geral da história mundial?

Se um determinado nível cultural é necessário para a construção do socialismo (embora ninguém possa determinar qual seja o definitivo “nível cultural” [...]), por que não podemos iniciar primeiramente por alcançar os pré-requisitos para o definido nível cultural de maneira revolucionária e *depois*, baseados no poder operário e camponês e o sistema soviético, avançar para superar as outras nações? [...]

Nem preciso mencionar que o manual seguindo Kautsky foi muito útil em sua época. Mas é tempo, por tudo isso, de renunciar à ideia nele se previu todas as formas de desenvolvimento da subseqüente história mundial. Oportuno seria dizer que os que assim pensam são tolos<sup>63</sup>.

<sup>62</sup> A expressão é encontrada pela primeira vez, se não nos enganamos, no escrito *Discussão sobre a autodeterminação* de Lênin (1977e, p. 320-360). Foi logo usada, entre outros, pelo mesmo Lênin, nos títulos de dois de seus artigos: *Sobre a tendência nascente do “economismo imperialista”* (LÊNIN, 1977f, p. 13-21) e em *Uma caricatura do marxismo e o “economismo imperialista”* (LÊNIN, 1977f, p. 28-76), escritos em agosto e outubro de 1916.

<sup>63</sup> Lênin (1977h, p. 478-480).

Se em passagens como esta, polemizando contra o economismo dos partidários da “teoria das forças produtivas”, o tom é emposto por Lênin na crítica do filisteísmo pequeno burguês e dogmático frente ao problema da iniciativa revolucionária (com certos tons que podiam ser encontrados em alguns textos juvenis de Gramsci, como em seu muito conhecido artigo *A revolução contra o Capital*)<sup>64</sup>, uma mais explícita crítica do objetivismo economista contra a teoria da espontaneidade e contra a hipostação do momento econômico reencontra-se já nos primeiros textos contra o economismo de *Rabochie Dielo* e de *Rabochaia Misl* e logo naqueles contra o “economismo imperialista”.

É o próprio Lênin que repetidamente faz o paralelo entre o velho e o novo economismo. De tal maneira que, se na polêmica contra *Rabócheie Dielo* discute vivamente e inclusive passa à ofensiva contra quem o acusam de “subestimar a importância do elemento objetivo ou espontâneo do desenvolvimento”<sup>65</sup>, sua argumentação mais pertinente e eficaz contra o “economismo imperialista” e sua hipostação do momento econômico, encontra-se, quem sabe, em sua polêmica contra a assim denominada “teoria do superimperialismo” de Kautsky, à qual constitui uma forma particular do “economismo imperialista”. Lênin escrevia a respeito:

O raciocínio teórico abstrato pode levar à conclusão a que chegou Kautsky [...], quer dizer, que já não está muito longe a época em que esses magnatas do capital se unirão em escala mundial em uma única aliança, substituindo pelo capital financeiro internacional unido a competição e luta entre somas de capital financeiro, isoladas nacionalmente. Esta conclusão é, no entanto, tão abstrata, simplista e incorreta como a semelhante elaborada pelos struvistas e economistas da década de 1890, quando extraíam conclusões sobre a natureza progressiva do capitalismo, sua inevitável e definitiva vitória na Rússia, que vão desde a apologética (admiração pelo capitalismo, reconciliação com o mesmo e sua glorificação ao invés de luta) e apolítica (isto é, o negar a política ou de sua importância, a probabilidade de convulsões políticas gerais, entre outras, um erro caracteristicamente economista), à totalmente grevista (a “greve geral”, como o ápice do movimento grevista, levando ao esquecimento ou ao desconhecimento outras formas de movimentos, sendo o capitalismo superado pura e simplesmente por um “salto” de uma greve). Há evidências de que ainda hoje o fato indiscutível de que o capitalismo é progressivo, quando comparado com o “paraíso” semifilisteu da livre concorrência e que o imperialismo e sua vitória definitiva sobre o capitalismo “pacífico” nos principais países do mundo são inevitáveis – sendo capaz de ainda produzir inúmeros e consideráveis erros e desventuras políticas e apolíticas.

[...] Não há nem um pouco de marxismo neste desejo de ignorar o imperialismo posto e escapar para o domínio de um “ultraimperialismo” que pode ou não se concretizar.

---

<sup>64</sup> Gramsci (2007).

<sup>65</sup> Lênin (1894).

[...] Entretanto, pode-se negar que uma nova etapa do capitalismo pode ser “concebível” abstratamente depois do imperialismo, ou seja, o ultraimperialismo? Não. Essa etapa pode ser concebida. Mas, na prática, isso significa tornar-se um oportunista, afastando-se dos problemas candentes atuais para idealizar problemas candentes futuros. Teoricamente, isso significa recusar-se a ser orientado pelo desenvolvimento real, *abandonando-o* arbitrariamente por tais idealizações. Não há dúvida sobre a tendência de desenvolvimento na *direção* de uma aliança mundial única, que absorverá todas as empresas e a todos os Estados sem exceção. Mas esse desenvolvimento prossegue, em tais circunstâncias, a um ritmo tal, por meio de contradições, conflitos e revoltas – *não somente econômicos, mas políticos, nacionais, entre outros* – que, inevitavelmente, o imperialismo vai explodir e o capitalismo multar-se-á em seu oposto, muito *antes* que a aliança mundial única se materialize, *antes* do “ultraimperialismo”, que o amalgamento dos capitais financeiros nacionais em um todo mundial tome lugar<sup>66</sup>.

Sem sombra de dúvida que, frente a páginas (e obras) como as que recordamos, seria difícil encontrar textos de Antonio Labriola em que sua concepção unitária e total do processo histórico se traduza em uma capacidade de gravação *política* comparável ao do pensamento e da ação de Lênin. E fato que – no “entrelaçamento” e no “complexo” do processo histórico que Labriola se propunha explicar “porquanto, justamente, os são”<sup>67</sup> – o que na prática (se não na teoria) às vezes lhe faltava e causava-lhe deficiências também interpretativas era, precisamente, esse compromisso *prático* com o movimento operário, com sua organização e com a iniciativa *política* de seu partido, que constituíam, ao contrário, o próprio centro da vida de Lênin. Somente assim, parece-nos, pode-se e deve-se explicar Labriola – geralmente alheio a toda forma de sociologismo em geral e de economismo em particular – seu estranho aceite de uma forma precoce de “economismo imperialista” como o que aparece em sua conhecida entrevista de 1902 “*Sulla questione di Tripoli*”<sup>68</sup>. Não parece que este erro de Labriola possa ser atribuído – como afirma, ao contrário, Luporini, em um artigo particularmente importante aos objetivos de nossa pesquisa por outros aspectos e sobre o qual voltaremos a tratar mais à frente – a uma “ideia mecanicista” a que “todos os povos [...] deviam passar pelas mesmas etapas de desenvolvimento dos povos ocidentais [...]”<sup>69</sup>. De fato, nada mais estranho à concepção de Labriola, parece-nos, que uma concepção “unilinear” do desenvolvimento histórico e da sucessão das formações econômico-sociais; não por acaso, justamente em Labriola, encontramos, ao invés, formulações e polêmicas particularmente

---

<sup>66</sup> Lênin (1977e, p. 105-107).

<sup>67</sup> Vide nossa nota 48.

<sup>68</sup> Entrevista publicada em 13 de abril de 1902 no *Il giornale d'Italia* sob o título *Tripoli, il socialismo e l'espansione conoliale. Giudizi di um socialista*.

<sup>69</sup> Luporini (1973, p. 28).

felizes contra toda concepção mecanicista, esquemática, sociologizante das formações econômico-sociais, de sua sucessão e desenvolvimento histórico. Quando escrevia, por exemplo, que “não versa por descobrir e por determinar só o terreno social, para depois fazer aparecer sobre ele aos homens como marionetes, cujos fios são manipulados, já não pela providência, mas pelas categorias econômicas”<sup>70</sup>, sua polêmica é ainda válida e eficaz não somente contra as formas atuais mais claras do sociologismo positivista, pragmatista ou funcionalista, mas também, a nosso ver, nas confrontações com o pan-estruturalismo ou contra outras “leituras” mais refinadas e inteligentes de Marx, como pode ser a de Althusser, que terminam recaindo, por outro caminho, em um sociologismo idealista<sup>71</sup>.

Por sua vez, em relação com tais leituras anti-historicistas e negadoras da *unidade do tempo histórico*, assumem um valor particular *outras* formulações de Labriola, em que reafirma a totalidade e a unidade do processo histórico, cuja a *(des)continuidade* precisamente de um categoria como a de “formação econômico-social” é a expressão adequada, porque nela “a própria *economia* [...] *que vem firme no fluxo de um processo para aparecer, pois, em muitos estados morfológicos, em cada um dos quais serve como substrato a todo o resto, que lhe é correspondente e congruente*”<sup>72</sup>.

Uma caracterização da categoria “formação econômico-social” como *estado morfológico no fluxo de um processo*, que assume, por sua precisão, o valor de uma verdadeira *definição científica* dessa categoria, está estreitamente ligada, sem dúvida, ao que o próprio Antonio Labriola escrevia sobre a *previsão histórica*:

A previsão histórica, que está no fundo da doutrina de *O Manifesto*, e que a crítica comunista, posteriormente, amplia e especifica com a análise mais extensa e detalhada do mundo presente [...] não implicava, como ainda não o faz, nem numa data cronológica, nem numa pincelada antecipada de uma configuração social, como foi e é próprio das antigas e novas profecias e apocalipses [...], na doutrina do comunismo é a sociedade como um todo que, em um momento de seu processo geral, descobre a causa de seu movimento fatal e, em um ponto destacado de sua curva, ilumina-se para declarar a lei de seu movimento. A previsão, que *O Manifesto* pela primeira vez menciona, não foi datado, prenunciado ou prometido, mas era, para sintetizar em uma palavra, que acredito que expresse tudo, *morfológica*<sup>73</sup>.

<sup>70</sup> Vide nota 48.

<sup>71</sup> Assim, por exemplo, quando Louis Althusser (1965, p. 18-19 – último grifo nosso) escreve: “O objeto da história, especificamente, não é o que acontece na *história* (esta definição tautológica!), como se a palavra história tivesse sentido próprio – ao contrário [...], por meio da própria pesquisa histórica, a *produção, a construção do conceito de história* [...] da especificidade da existência histórica determinada, que nada mais é do que a *existência da estrutura e do processo de uma formação social determinada, sob um modo de produção definido*”.

<sup>72</sup> Labriola (1895, p. 22-23 – grifo nosso).

<sup>73</sup> Labriola (1895, p. 12).



“Previsão *morfológica*” fundada na reiterabilidade das relações (quer dizer, das *formas* e dos *modos* de produção, em primeiro lugar)<sup>74</sup> e sobre o fato de sua regularidade e subordinação a determinadas leis (*Gesetzmässigkeit*); e formação econômico-social como “estado *morfológico* no fluxo de uma processo”: é claro que, igualmente a Lênin, nestas duas exatas formulações de Labriola pode-se fundamentar cientificamente não só aquela *unidade dialética entre (des)continuidade do tempo histórico*, que é negada por Althusser<sup>75</sup>, mas também o critério leninista de toda periodização historiográfica que, a partir de tal unidade dialética entre (des)continuidade do tempo histórico, expressa a realidade concreta.

Mas quiséramos agregar que, inclusive no concernente à possibilidade e à qualidade da previsão *morfológica* – se não sempre na prática, ao menos na teoria, conforme o que já havíamos proposto<sup>76</sup> – em Labriola, como em Lênin, no modelo ideal de uma formação econômico-social que tal previsão faz possível, o elemento da *prática* e da *iniciativa política*,

---

<sup>74</sup> Dizemos: “em primeiro lugar” porque o que concerne à reiterabilidade das relações *distintas* das de produção e, portanto, à possibilidade de sua previsão científica, como corretamente propõe Luporini (1973, p. ) “a questão seria logo aprofundada e provada sobre a base dos progressos realizados especialmente nas ciências humanas”. É necessário, entretanto, assinalar que – diferentemente da opinião de Luporini – não se pode dizer que o critério científico da reiterabilidade seja válido conforme Lênin somente no caso das “relações de produção” objetivas e não nas demais “relações sociais”, naquelas “ideológicas”. Já a seu tempo Lênin (1894, p. 3 – grifo nosso) observava que “enquanto [os subjetivistas] limitavam-se a relações sociais ideológicas [...], não poderiam encontrar a repetição e a regularidade nos fenômenos sociais em distintos países [...]. A análise das relações sociais [...] *permitiu a observação* da repetição e da regularidade”. Não parece que se pode dizer, desse modo, que Lênin excluísse, *como princípio*, a reiterabilidade e, portanto, a possibilidade de uma previsão científica de relações *não materiais*; melhor parece que se limitou, ao contrário, a caracterizar esta reiterabilidade como *menos óbvia*, como mais *difícilmente perceptível* que a das relações de produção. O que está, evidentemente, fora de toda discussão.

<sup>75</sup> Escreve Althusser (1965, p. 5) sobre a concepção hegeliana do tempo: “A continuidade homogênea do tempo é o reflexo na existência da continuidade do desenvolvimento dialético da Ideia. O tempo pode ser assim considerado um processo contínuo, *no qual* se manifesta a continuidade dialética do processo de desenvolvimento da Ideia. Todo o problema da ciência da história está, então, a este nível, no corte deste contínuo segundo uma *periodização* correspondente à sucessão de uma totalidade dialética a outra. Os momentos da ideia existem como *períodos* históricos que são cortados exatamente no contínuo do tempo. Hegel não fez aqui senão pensar em sua própria problemática teórica, no problema número 1 da prática dos historiadores [...] sendo ainda o grande problema da historiografia moderna”. A esta concepção hegeliana do tempo histórico, contínuo, homogêneo e contemporâneo em si, que ficaria conforme Althusser (1965, p. 7), “ainda vivo entre nós”, ele contrapõe *sua* concepção da história e do tempo histórico, segundo o qual “já não é mais possível pensar *no mesmo tempo histórico* do processo de desenvolvimento dos diferentes níveis do todo. O tipo de existência histórica destes diferentes “níveis” não são os mesmos. Em cada nível devemos, ao contrário, atribuir um *tempo próprio*, relativamente autônomo e, portanto, relativamente independente em sua própria dependência dos “tempos” dos outros níveis. [...] Há para cada modo de produção, um tempo e uma história próprios, com ritmos específicos de desenvolvimento de suas forças produtivas; um tempo e uma história próprios das relações de produção, com ritmos específicos; uma história própria da superestrutura política; um tempo e uma história próprios da filosofia, das produções estéticas, das formações científicas, entre outros” (ALTHUSSER, 1965, p. 10). Nesta proposição nos parece que, juntamente com a água suja da concepção hegeliana do tempo histórico – quer dizer, com seu caráter idealista – Althusser acaba por jogar também a criança, ou seja, joga fora o conceito da *unidade dialética entre (des)continuidade do tempo e do processo histórico*; que é elemento integrante de uma categoria, como a de “formação econômico-social” e que está na base da teoria marxiana e leninista da *periodização historiográfica*.

<sup>76</sup> Vide o texto referente à nota 68.

que naquela previsão morfológica encontram sua necessária reunião, têm um lugar absolutamente decisivo.

Sempre sobre aquela “previsão morfológica” de *O Manifesto Comunista* escrevia Labriola:

Nos cinquenta anos passados até agora, a previsão genérica de uma nova *era histórica* se tornou para os socialistas a delicada arte de compreender caso a caso *o que convém e se deve fazer*; porque aquela nova era está para si própria em contínua formação. O comunismo tornou-se uma arte, porque os proletários se converteram ou começaram a se converter em *partido político*<sup>77</sup>.

Assim chegamos, se não nos equivocamos, a um ponto bastante avançado em nossa indagação filológica, que nos permite afrontar mais expeditivamente seu tema especificamente teórico, ou seja, o da elucidação dos elementos constitutivos essenciais, do *modelo teórico* de qualquer formação econômico-social. O próprio Lênin, como se sabe, nos falou de *O Capital* de Marx como “um modelo de análise científica de uma formação social – a mais complexa – conforme o método materialista, por todos reconhecido e insuperável”<sup>78</sup>. Embora o termo russo aqui usado por Lênin não seja “modelo” no sentido *técnico* da palavra, mas antes aquele que designa a qualidade *exemplar* de uma obra, a indicação que nos dá não é por isso menos válida aos objetivos de nossa pesquisa. Cesare Luporini (1973), por outro lado, é um dos primeiros que propõe a necessidade de um modelo teórico de formação econômico-social e deu uma importante contribuição a sua elaboração, sublinhando exatamente, parece-nos, a especial importância que uma obra de Lênin, como *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*<sup>79</sup>, assume como exemplo dos mais significativos de uma magistral *aplicação interpretativa* daquele modelo; aplicação interpretativa, portanto, que pode e deve oferecer-nos indicações preciosas aos objetivos da posterior elaboração do próprio modelo.

Um primeiro problema que se alvitra em tal elaboração, é o relativo ao duplo ângulo visual sob o qual uma formação econômico-social pode ser considerada e estudada. Já sobre a formação econômico-social capitalista, em sua revisão de 1859 à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx, Friedrich Engels havia escrito:

Mesmo depois de adquirido o método, a crítica da Economia *podia ainda ser abordada de duas maneiras: historicamente ou logicamente*. Como na

<sup>77</sup> Labriola (1895, p. 12 – dois últimos grifos nossos).

<sup>78</sup> Lênin (1894, p. 4).

<sup>79</sup> Lênin (1977c).

história, tal como no seu reflexo literário, o desenvolvimento, a traços largos, progride das relações mais simples para as mais complicadas, o desenvolvimento histórico-literário da Economia Política fornecia um fio condutor natural a que a crítica se podia ligar e, a traços largos, as categorias econômicas apareciam na mesma ordem do que o desenvolvimento lógico. Esta forma tem aparentemente a vantagem de uma maior clareza, pois, assim, segue-se o desenvolvimento *real*; de fato, porém, no máximo tornar-se-ia apenas mais popular. A história procede frequentemente por saltos e em ziguezague e, se houvesse que segui-la ao mesmo tempo por toda a parte, teria não apenas de recolher muito material de pouca importância, como também o curso do pensamento teria frequentemente que ser interrompido; além disso, não se poderia escrever a história da economia sem a da sociedade burguesa e, deste modo, o trabalho tornar-se-ia infundável, uma vez que faltam os trabalhos preparatórios. Portanto, *o modo lógico de tratamento era o único que estava no seu lugar. Este [modo], porém, não é de fato senão o histórico, despido apenas da forma histórica e das casualidades perturbadoras. Por onde esta história começa, por aí tem de começar igualmente o curso do pensamento, e o seu avanço ulterior não será mais do que o reflexo, numa forma abstrata e teoricamente consequente, do decurso histórico; um reflexo corrigido, mas corrigido segundo leis que o próprio decurso histórico real fornece, na medida em que cada momento pode ser considerado no ponto de desenvolvimento da sua plena maturidade, da sua forma clássica*<sup>80</sup>.

Trata-se aqui, mais especificamente, da ciência *econômica*, do *modo de produção* capitalista (quer dizer, de uma ciência que estuda um aspecto e um nível *particular*, embora decisivo, da formação econômico-social burguesa); e as considerações de Engels sobre a preferência acordada por Marx ao tratamento *lógico* do tema aparecem, sem nenhuma dúvida, convincentes, quando sopesado duas ordens de advertências. A primeira se refere à acepção do termo “lógico” aqui usado, precisamente, por Engels sobre o modo de tratamento. Tal acepção (propõe exatamente Luporini, no ensaio já citado) será a de “sistemático” ou, se preferir, e mais exatamente, a de “estrutural”. Quer dizer, aquela de um modo de tratamento que identifica e explica a estrutura, ou seja, o *sistema de relações necessárias* intrínsecas àquela determinada realidade.

A segunda advertência alude ao fato de que, sobre a *Contribuição à Crítica da Economia Política* ou de *O Capital*, mas com muito mais razão acerca do estudo de uma formação econômico-social, o tratamento científico de qualquer realidade histórica não poderá nunca ser *exclusivamente* lógica (sistemática, estrutural), mas também deverá aportar sempre um elemento genético, *histórico*. É por isso que, na análise crítica daquela estrutura, daquele sistema de relações necessárias que o tratamento lógico supõe, deverão também ser consideradas aquelas relações que condicionam a gênese, o desenvolvimento e a destruição da

---

<sup>80</sup> Engels (2009, p. 121-122).

própria estrutura dada. Nesse sentido, é significativo precisamente o caso de *O Capital*, cujo modo de tratamento lógico, sistemático, estrutural ficaria truncado e incompreensível sem a integração de capítulos com tratamento de tipo genético, histórico, como o dedicado à “acumulação primitiva”, por exemplo, que nos dá conta dos próprios pressupostos (separação do produtor direto de seus meios de produção, entre outros) do modo de produção capitalista. É, por outro lado, evidente, igualmente, que nenhum tratamento poderia ser *exclusivamente* histórico, sem estar sempre fundado sobre o método lógico, sistemático, estrutural, que lhe dá seu caráter científico e sem o qual seria um puro e simples enunciado de fatos e dados históricos.

Não se tratará, em suma – como poderia aparecer em uma leitura superficial da passagem de Engels citada –, de uma alternativa esquemática entre o método lógico e o método histórico, senão, mais, da preeminência, do acento posto sobre um ou outro momento, sobre o lógico, sistemático, estrutural, tampouco, sobre o histórico, genético. Falaremos, logo, – fazendo nossa terminologia adotada pelo estudioso marxista alemão Bollhagen, autor de uma das contribuições mais interessantes ao aprofundamento da teoria da formação econômico-social<sup>81</sup> – de tratamento, de método, de leis estrutural-genéticas ou, respectivamente, genético-estruturais. Uma terminologia, além do mais, que em parte coincide ao menos com aquela adotada por Luporini (1973).

Para todas ciências sociais que estudam aspectos e níveis *particulares*, embora importantes, da vida social, como é o econômico, está claro que – pelas razões ilustradas por Engels – será o método estrutural-genético o que geralmente se imporá no tratamento. Mas quando se trata da sociedade em seu conjunto, em sua *totalidade e unidade*, quando se trata de formações econômico-sociais, que expressam a unidade dialética de *continuidade e descontinuidade do processo histórico*, as duas vias possíveis para a elaboração de um modelo de tais formações nos proveram, respectivamente, um modelo estrutural-genético, que apresentar-se-á como um modelo *sociológico*, ou bem, um modelo genético-estrutural, que apresentar-se-á como um modelo mais propriamente *histórico* das mesmas formações. Trata-se, está claro, antes que dois diferentes modelos, de dois diferentes aspectos e de dois distintos usos de um modelo teórico substancialmente *único*<sup>82</sup>, onde os elementos constitutivos são análogos, mesmo que dispostos em uma diferente hierarquia, por assim dizer, conforme o diferente nível ou tipo de abstração científica que respectivamente a indagação sociológica e a

---

<sup>81</sup> Bollhagen (1966).

<sup>82</sup> Vide Barg e Cherniak ([1957]), que desenvolvem considerações particularmente interessantes sobre este duplo aspecto, sociológico e histórico, de um modelo de formação econômico-social e outros problemas, relativos à construção e à estrutura de tal modelo.

historiográfica supor, cujo resultado é o de uma mais *abstrata e sistemática generalização* para a primeira e para a segunda, ao contrário, uma *generalização empiricamente, historicamente mais concreta*. Em outras palavras, sob o aspecto *sociológico* um modelo de formação econômico-social refletirá, em primeiro lugar, o modo de produção dominante naquela mesma formação dada. Tomado em si, tal procedimento nos dá um modelo simplesmente *econômico*, mas no modelo sociológico, conjuntamente com o modo de produção, deverão em troca se refletir as relações sociais e fenômenos superestruturais a ele correspondentes, em forma *pura*, sistemática. Sob o aspecto histórico, por outro lado, um modelo de formação econômico-social – fundando-se sempre na caracterização do modo de produção dominante – poderá, em particular, destacar sua gênese, desenvolvimento, decadência; o reconstruirá, assim como a seus correspondentes relações sociais e fenômenos superestruturais, nas concretas condições do ambiente geográfico, histórico-social, cultural, integrando e enriquecendo, desde esta ótica, os elementos constitutivos do mesmo modelo<sup>83</sup>.

Podemos afrontar, parece-nos, à luz das considerações até aqui desenvolvidas, o tema mais específico da construção de um modelo teórico geral de formações econômico-sociais; e o faremos analisando, concretamente, as propostas feitas a respeito no ensaio de Luporini (1973). O autor parte, justamente, do que designa como “a lei geral das formações econômico-sociais”<sup>84</sup>, formulada por Marx numa famosa passagem da *Introdução* de 1857 à *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Escrevia Marx:

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras.

E uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo<sup>85</sup>.

Na verdade, é precisamente esta “lei geral das formações econômico-sociais” que condiciona as próprias formações como *estruturas* (quanto totalidade, ou seja, como sistemas de relações necessárias entre seus diversos elementos); e é, exatamente, em virtude desta lei que todo modelo teórico de formação econômico-social é um modelo *estrutural*, quer dizer, um modelo que dá relevo necessário àquela “produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras” (MARX, 2008, p.

---

<sup>83</sup> Vide Barg e Cherniak ([1957]) e, ao que diz respeito à caracterização da abstração historiográfica em relação com a sociológica, vide Bollhagen (1966, p. 123 e *passim*).

<sup>84</sup> Luporini (1973, p. 23).

<sup>85</sup> Marx (2008, p. 266).

266). Somente a indagação concreta empírica poderá permitir ao pesquisador descobrir qual é, numa determinada fase histórica da produção, esta categoria produtiva dominante<sup>86</sup>; mas, em cada caso, propõe Luporini, a própria formação será:

[...] considerada em um determinado grau de seu processo de constituição, aquele (não determinável de maneira apriorística em todas as formações sociais possíveis) que permita lhe dar, em cada caso, um nome apropriado: asiática, escravista, feudal, entre outros. Se não fosse assim, teríamos uma visão estática e não dinâmica, o que está muito longe do conceito de Marx [...]. A partir do aprofundamento dos caracteres gerais *específicos* (quer dizer, relativos ao campo das relações econômicas) deste dinamismo, o uso contínuo que encontramos em Marx do termo “evolução” ou “desenvolvimento” (*Entwicklung*) adquire um sentido determinado, o qual não alude diretamente nem a seus precedentes especulativos (Hegel), nem, muito menos, a seu *análogo*<sup>vi</sup> do evolucionismo biológico. Tal aprofundamento é outro dos tantos problemas com que nos defrontamos, mas devemos deixá-lo de lado no presente texto.

É indubitável que na concepção de Marx, o elemento *dinâmico* é decisivo. A passagem à função dominante, no sentido acima indicado, de uma determinada categoria econômica (por exemplo, do capital no ordenamento econômico burguês) é o que cria na evolução histórica – qualquer que seja esta última ou qualquer que seja a maneira em que se deva determinar o conceito – a “diferença essencial”, como chamada por Marx na *Introdução* de 1857, entre um sistema e outro. A dita passagem é o que estabelece o que caracterizamos como o terceiro elemento distintivo da noção marxista de formação econômico-social: a distinção ou oposição contida nela entre leis gerais, válidas para qualquer forma de produção e, desse modo, de sociedade, e as leis especiais próprias de cada formação social particular<sup>87</sup>.

Vemos que aqui Luporini fez alusão voluntariamente à indicação de *outro* momento decisivo para a construção de um modelo teórico de formação econômico-social, que tratou muito bem em outro lugar de seu ensaio<sup>88</sup>.

A oposição entre leis gerais e leis específicas de toda formação econômico-social particular pode, na verdade, *ser explicada*, mas não pode de nenhum modo *explicar* aquele dinamismo, que o próprio Luporini reconhece como característico para a concepção marxiana da “formação econômico-social”. E esta lacuna em sua proposta para um modelo teórico de tal formação é ainda mais estranha porque em um texto de Lênin, dedicado precisamente à

---

<sup>86</sup> Luporini (1973, p. 23).

<sup>vi</sup> Tanto na versão francesa, quanto na espanhola, quanto no artigo de Luporini (1973, p. 22), o termo utilizado é *analogon*, o qual não nos foi possível achar tradução exata.

<sup>87</sup> Luporini (1973, p. 22).

<sup>88</sup> Vide Luporini (1973, p. 33 e *passim*), o que escreve sobre o nexos entre o elemento genético-formal, que caracteriza uma formação econômico-social e seu modelo, e o genético-histórico, que constitui uma variável dele.

concepção marxiana da “formação econômico-social” poderia encontrar uma indicação exata para a formulação daquele *outro* momento decisivo – além do estrutural – que indicamos.

Ao examinar o *conjunto* das tendências contraditórias, reduzindo-as a condições precisamente definidas de vida e produção das distintas *classes* da sociedade, descartando o subjetivismo e a arbitrariedade na escolha de uma determinada ideia “dominante” ou em sua interpretação, e revelando que, sem exceção, todas as ideias e todas as diferentes tendências decorrem da condição das forças materiais de produção, o marxismo indicou o caminho para um estudo abrangente e completo do *processo de ascensão, desenvolvimento e declínio de formações econômico-sociais*<sup>vii</sup>. As pessoas fazem a sua própria história, mas o que determina os motivos do povo, da massa popular, isto é, o que dá origem ao confronto de ideias e a aspirações contraditórias? O que resulta na soma desses conflitos na massa das sociedades humanas? Quais são as condições objetivas da produção da vida material que formam a base de toda a atividade histórica do homem? Qual a lei de desenvolvimento destas condições? Marx concentradamente atentou para tudo isso e indicou o caminho para um estudo científico da história como um processo único que, com toda sua imensa diversidade e contradição, é regido por leis definidas<sup>89</sup>.

Desde os primeiros textos de Lênin, ademais deste tema da origem, desenvolvimento e decadência de uma formação e da transição de uma formação a outra, volta com insistência em suas indicações sobre o “estudo científico da história” e das formações econômico-sociais. Já em *Quem são os “amigos do povo”?*, fala-nos da sociedade como um organismo,

[...] *em constante desenvolvimento (e não como algo ligado mecanicamente e permitindo assim todo tipo de combinação arbitrária de diversos elementos sociais); organismo cujo estudo requer uma análise objetiva das relações de produção constituintes de uma formação social particular, uma pesquisa de suas leis de funcionamento e de desenvolvimento [...]. “Apenas um ponto importa a Marx, a saber: descobrir a lei dos fenômenos que analisa... Sendo o mais importante, a lei da mudança, da evolução desses fenômenos, ou seja, a transição de uma forma à outra, de uma ordem de relações sociais à outra [...]. O alcance científico deste estudo está em explicar as leis (históricas) específicas que regem o surgimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um dado organismo social e sua substituição por outro superior”*<sup>90</sup>.

Lênin nos oferece aqui, sem possibilidade de equívocos, uma indicação precisa sobre o *outro* momento decisivo de cada formação econômico-social e da construção de seu modelo

<sup>vii</sup> Na versão em inglês disponível na internet, no lugar de formação econômico-social encontramos *socio-economic systems*, mas para coerência com o texto de Sereni, preferimos adotar o termo trabalhado pelo autor.

<sup>89</sup> Lênin (1977d, p. 57 – grifo nosso). Trabalho biográfico sobre Marx, escrito entre julho e novembro de 1914, publicado pela primeira vez em 1915 no *Dicionário enciclopédico Granat*.

<sup>90</sup> Lênin (1894, p. 11).

teórico, a saber, seu momento *genético*, histórico. Lênin nos diz, em outras palavras, que não se pode *somente*, como afirma Luporini (1973, p. 22) tomar em nosso modelo a uma dada formação “em um determinado grau de seu processo de constituição, aquele [...] que permita lhe dar, em cada caso, um nome apropriado”, ele nos destaca explicitamente, ao contrário que – com o objetivo de construir um modelo teórico – é necessário estudar e considerar não só o “funcionamento” ou a “existência” da dada formação (que representa aqui seu momento *estrutural*), mas também seu “surgimento, [...] desenvolvimento e morte” e sua “transição de uma forma a outra”, quer dizer, exatamente, seu momento genético, histórico.

À luz e no marco destas considerações, além disso, aqueles que Luporini sopesa como o primeiro e o segundo traços característicos de seu modelo teórico, assumem uma forma e um significado novo e mais preciso. O primeiro traço resulta, conforme Luporini, do fato de que:

*o modelo [...] tem uma função interpretativa sobre o acontecer concreto do âmbito ao que se refere e delimita. Em nosso caso, esta função interpretativa permite descobrir tendências objetivas de desenvolvimento e realizar previsões em tal sentido. Trata-se do tipo de previsão, referente aos caracteres próprios do campo econômico e de suas leis [...] que permite inserir a ação concreta de uma força política ou de um grupo social consciente*<sup>91</sup>.

Como se vê, trata-se de um “aspecto” do modelo proposto que apresenta uma importância teórica, historiográfica e *política* particulares, no que se refere àquele problema das bases que a previsão histórica – como sublinhado por Labriola na citação de nossa nota 77 – pode oferecer, e efetivamente oferece, à iniciativa, à ação, à *prática* humana. Antonio Labriola fala, a respeito, de “uma nova era” que “está para si própria em *contínua formação*” (LABRIOLA, 1895, p. 12 – grifo nosso). Mas se pode falar de “contínua formação” quando o momento genético do processo histórico não é considerado? Pode-se falar de previsão quando não se põe a atenção necessária ao processo de “surgimento, [...] desenvolvimento e morte” de uma dada formação e a sua *passagem* à outra formação? E, mais ainda, pode-se admitir, como afirma Luporini (1973, p. 14 – grifo nosso), que só “aquele tipo de previsão, referente aos caracteres do campo *econômico* e de suas leis [...] permite inserir a ação concreta”?

Francamente cremos que à luz das considerações aqui assinaladas, este primeiro “traço” do modelo de Luporini se nos revela como *tautológico* (“o modelo tem uma função interpretativa”, embora Luporini mesmo reconheça que esta é evidentemente a função de *todo*

---

<sup>91</sup> Luporini (1973, p. 14 – últimos grifos nossos).



modelo científico); como *impreciso*, excluindo a previsão para todo o âmbito que não for o econômico; como *confuso*, porque mistura o momento da “previsão” com o da “inserção da ação concreta”.

São Marx e Engels os que, mais uma vez, oferecem-nos as indicações mais simples e precisas, que podem nos iluminar acerca dos elementos de nosso modelo teórico que Luporini, cremos, misturou e confundiu, em seu primeiro “traço”. Porque, precisamente, como o próprio Luporini lembra “em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras” (MARX, 2008, p. 266), em todo modelo estrutural-genético ou genético-estrutural o *primeiro* traço a pôr em relevo naquela formação ou em seu correspondente modelo é, justamente, o que está formado por sua lei *econômica fundamental*, pela lei econômica fundamental do modo de produção dominante dessa formação. Marx formulou tal lei econômica fundamental no modo de produção capitalista nos seguintes termos: “é a produção da mais-valia [...] objetivo direto e motivação determinante da produção”<sup>92</sup>; e se para os *outros* modos de produção e formações esta formulação é discutível e incerta, o objetivo de tal formulação permanece como elemento decisivo da teoria, da sociologia e da historiografia marxistas.

Portanto, a lei econômica fundamental segue sendo, devido à “lei geral das formações sociais” enunciada por Marx e assim designada por Luporini, o *primeiro* traço constitutivo de todo modelo estrutural-genético ou genético-estrutural da formação econômico-social. Quanto ao *segundo* traço constitutivo de tal modelo é aportado – como sublinhado por Marx e Engels – pela *contradição econômica e social fundamental* do modo de produção dominante e da dada formação. Assim, na formação capitalista a *contradição econômica fundamental* se expressa na *contradição* entre o caráter sempre mais acentuadamente *social* da produção e o caráter sempre mais acentuadamente capitalista *privado* da apropriação do produto, *contraposição* que, no plano *social*, encontra sua expressão na *contraposição* de *proletariado* e *burguesia*. Nas sociedades de classe, é evidente, a *contradição econômica fundamental* se expressa nas lutas sociais de *classe*.

Sobre isso escrevia Lênin:

O objetivista fala da necessidade de um dado processo histórico; o materialista oferece uma imagem exata de uma dada formação econômico-social e das relações antagônicas por ela engendrada. Ao demonstrar a necessidade de uma dada série de fatos, o objetivista sempre corre o risco de

---

<sup>92</sup> Marx (1999, p. 607).

se tornar um apologista para dos mesmos; o materialista revela as contradições de classes e assim define o seu ponto de vista. O objetivista fala de “tendências históricas insuperáveis”; o materialista fala da classe que “dirige” dado sistema econômico, originando estas ou aquelas formas de oposição por outras classes. Assim, por um lado, o materialista é mais consistente do que o objetivista e confere maior profundidade e plenitude a seu objetivismo. Ele não se limita a falar da necessidade de um processo, mas verifica exatamente o que a formação econômico-social oferece ao processo de seu conteúdo, *exatamente que a classe* determina esta necessidade. Neste caso, por exemplo, o materialista não iria se contentar com a indicação das “tendências históricas insuperáveis”, mas chama a atenção para a existência de certas classes que determinam o conteúdo do dado sistema e excluem a *possibilidade de qualquer solução*, exceto pela ação dos próprios produtores. Por outro lado, o materialismo inclui partidarismo, por assim dizer, e impõe a adoção direta e aberta do ponto de vista de determinado grupo social, em qualquer avaliação de eventos<sup>93</sup>.

Nesta citação de Lênin, junto à ligação direta entre contradições *econômicas e sociais* fundamentais, o que aparece é o nexos entre este *segundo* traço constitutivo de um modelo de formação econômico-social e o *terceiro* traço, que representa o “caminho de saída” daquela contradição fundamental. Precisamente porque em uma formação (e em seu modelo teórico) está sempre incluído o momento genético, histórico; pois o conceito de formação e seu modelo devem dar conta do “surgimento, [...] desenvolvimento e morte” daquela mesma formação, ou de sua passagem à outra; a “possibilidade de saída” da contradição fundamental, ou de seu momento particular, constitui um traço *integrante* entre aqueles constitutivos do modelo (o terceiro), aquele que, não de graça, de um modo ou de outro, mais em ligação direta e intrínseca com o caráter compreensivo do modelo, oferece as bases para a inserção da iniciativa, da ação, da *prática* humana.

Sobre o “caminho de saída”, Lênin volta também em outras partes de sua obra<sup>94</sup>; em outros trabalhos nos quais, sobretudo em forma política do que teórica ou historiográfica, afronta o tema sobre o “elo vital da corrente”. Dizia Lênin<sup>95</sup>:

Os acontecimentos políticos são sempre muito confusos e complicados. Eles podem ser comparados com uma corrente. Para manter toda a corrente você deve entender qual é seu principal elo de ligação. Este não é escolhido aleatoriamente. Qual foi o acontecimento central em 1917? *A retirada* da guerra.

---

<sup>93</sup> Lênin (1977a, p. 400-401 – último grifo é nosso).

<sup>94</sup> Vide, por exemplo, Lênin (1894).

<sup>95</sup> Lênin (1977h, p. 302).

Novamente a “saída”, o “caminho de saída”. Mas, sem nos determos neste ponto, queremos concluir a análise crítica do modelo proposto por Luporini atendo-nos ainda brevemente no *segundo* traço de seu modelo, que concerne a sua “capacidade historiográfica periodizante” (o terceiro traço constitutivo do modelo de Luporini, daqui até o final de seu texto citado em nossa nota 87, é aquele relativo à oposição entre leis gerais, válidas para toda forma de produção, e leis especiais, válidas para cada formação particular).

Outra característica essencial do modelo marxista de formação econômico-social é sua capacidade de *periodização* no sentido historiográfico. Naturalmente, não no sentido de que o modelo contenha assim mesmo uma determinada *cronologia ou calendário*, mas também no sentido de que localizada na análise histórica (histórico-social) concreta, permite estabelecer *períodos ou épocas* correspondentes<sup>96</sup>.

A este respeito, a proposta de Luporini para este “traço” de seu modelo nos aparenta totalmente extrínseca e arbitrária, precisamente porque prescinde, na construção de seu modelo, do momento genético, histórico da formação econômico-social: que não é um momento “cronológico”, de “calendário”, mas justamente um momento genético, histórico, o momento do “surgimento, [...] desenvolvimento e morte” de *toda* formação econômico-social e de sua passagem à *outra* formação. Exatamente por isto, o modelo de Luporini não alcança nem para resolver nem para levantar o problema das *diferentes épocas* de uma mesma formação e que Lênin, não por acaso, refere às fases de “surgimento, [...] desenvolvimento e morte” de dada formação e de sua passagem a *outra* formação<sup>97</sup>.

Chegamos ao final de nossa exposição: não porque possamos nos iludirmos em ter esgotado o tema, mas só porque esgotamos (e em muito superado) o espaço com que contávamos. Deste estudo é possível extrair duas indicações de certas implicações *políticas*, na medida em que concernem a dois temas assinalados no início deste ensaio. O primeiro é o relativo ao socialismo, concebido como “fase econômico-social relativamente autônoma” por nossos companheiros da República Democrática Alemã. Sobre a base do que viemos levantando a propósito da subperiodização das formações econômico-sociais e da passagem de uma formação econômico-social a outra e, mais geralmente, ao caráter genético-estrutural (ou estrutural-genético) das próprias formações, uma expressão como a de “formação econômico-social autônoma” termina assumindo, parece-nos, o significado de uma cristalização das dificuldades, da lentidão na construção do socialismo e de uma democracia

---

<sup>96</sup> Luporini (1973, p. 16-17).

<sup>97</sup> Vide, por exemplo, *Sob uma falsa bandeira* de Lênin (1977d, p. 135-157), sobre as épocas da formação burguesa. Vide Bollhagen (1966, p. 244-257).

socialista evoluída, que *oculta* de fato, a urgência da superação destas dificuldades e lentidão. Já em 1890, numa carta a Conrad Schmidt, sobre uma discussão entre socialistas alemães acerca da distribuição do produto social na futura sociedade, Friedrich Engels escrevia:

Mas, a todos os participantes a «sociedade socialista» não apareceu como uma coisa compreendida numa contínua transformação e progresso, mas como uma coisa estável, fixada de uma vez por todas, que, portanto, deve ter também um modo de repartição fixado de uma vez por todas. De um modo racional, porém, pode-se, contudo, apenas: 1) tentar descobrir o modo de repartição com que *se começará*; e 2) procurar encontrar a *tendência geral* em que o ulterior desenvolvimento se move. Sobre isto, porém, não encontro uma palavra em todo o debate<sup>98</sup>.

O segundo tema, sobre o qual queremos ainda dizer algumas palavras ou, mais exatamente, algumas palavras de Lênin, é também um daqueles que levantamos no início do ensaio. Quer dizer, o tema relativo às dificuldades, às divisões do mundo socialista e do movimento comunista internacional e do questionamento por parte de setores não desprezíveis de trabalhadores e, particularmente, de jovens, do caráter socialista deste ou daquele país, deste ou daquele movimento. Escrevia Lênin:

Eles tinham ouvido e admitido “em teoria” que a revolução deve ser comparada a um parto, mas quando chegou o momento, vergonhosamente, acovardaram-se e seus grunhidos ecoaram os ímpetos maliciosos da burguesia contra a insurreição do proletariado. Considere as descrições de um parto na literatura, quando os autores têm por objetivo apresentar uma imagem verdadeira da gravidade, da dor e terror do trabalho de parto, como a obra de Emile Zola *A alegria da vida*, por exemplo, ou em *Notas de um médico de Veresayev*. O parto humano é um ato que transforma a mulher em um pedaço de carne ensanguentado quase sem vida, torturada, atormentada e enlouquecida de dor. Mas será que o “indivíduo” que só vê isso sob o amor e em sua consequência, na transformação da mulher em mãe, pode ser considerado ser humano? Quem renunciaria ao amor e à procriação por essa razão?

O parto pode ser tranquilo ou difícil. Marx e Engels, os fundadores do socialismo científico, sempre disseram que a transição do capitalismo ao socialismo seria inevitavelmente acompanhada *por dores de parto prolongados*. E, ao analisar as consequências de uma guerra mundial, Engels descreve de forma simples e clara o fato incontestável e evidente que a revolução que se segue e que está conectada com a guerra [...] é um caso *particularmente difícil* de parto.

Percebendo claramente isso, Engels fala com grande cautela do socialismo nascendo em uma sociedade capitalista que está perecendo em uma guerra mundial. [...]

A guerra ainda não terminou. [...] Nosso país, que foi temporariamente vanguarda da revolução socialista pela marcha dos acontecimentos, está

---

<sup>98</sup> Marx e Engels (1982, p. 542 – grifo nosso).

passando pelas dores particularmente difíceis do primeiro período do parto. [...] Temos o direito de nos orgulharmos e nos considerarmos afortunados por ter nos tocado sermos os primeiros a derrubar a besta selvagem, o capitalismo, em uma parte do planeta, que tem a terra encharcada de sangue, que reduziu a humanidade à fome e à desmoralização e que irá certamente perecer brevemente, não importa o quão monstruoso e selvagem seja seu frenesi face à morte<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> Lênin (1977g, p. 497-499).

## Referências bibliográficas

- ADLER, Frank ; ALEX, Ilse et ali. *Wörterbuch der Marxistisch-Leninistischen Soziologie*. Berlin: Dietz, 1969.
- ALTHUSSER, Louis. Esquisse du concept d'histoire. *La Pensée*: revue du rationalisme moderne, Paris, n. 121, p. 3-21, maio-jun. 1965. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5836704p.image>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- BAGATURIA, G. A. La formación y el desarrollo de la concepción materialista de la historia. *Marksistorik*, Moscou: Nakau, p. 107-173, 1968.
- BARG, Mikhail Abramovitz; CHERNIAK, Efim Borisovich. Struktura i razvitiye klassicheskoy antagonisticheskikh formatsiy. *Voprosy Filosofii*, Moscou, n. 6, p. 44-54, [1957].
- BOLLHAGEN, Peter. *Soziologie und Geschichte*. Berlin: Verlag der Wissenschaften, 1966.
- DSHUNUSOV, N. S. Obshchestvenno-ekonomicheskaya formacii kak kategorii istoricheskogo materializma. *Voprosy Filosofii*, Moscou, n. 10, p. 110-117, 1960.
- ENGELS, Friedrich. Lettres de Frederic Engels Sur la Russie. Nachwort zu Soziales aus Russland. *MEW*, Berlin: Institut für Marxismus-Leninismus Beim Zk der Sed, v. 22, p. 423-435, 1977 [1963]. Disponível em: <[http://marxwirklichstudieren.files.wordpress.com/2012/11/mew\\_band22.pdf](http://marxwirklichstudieren.files.wordpress.com/2012/11/mew_band22.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. Engels an Nikolai Franzewitsch Danielson in Petersburg. London, 18 Juni 1892. *MEW*, Berlin: Institut für Marxismus-Leninismus Beim Zk der Sed, v. 38, p. 363-368, 1979 [1968]. Disponível em: <[http://marxwirklichstudieren.files.wordpress.com/2012/11/mew\\_band38.pdf](http://marxwirklichstudieren.files.wordpress.com/2012/11/mew_band38.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. Engels an Nikolai Franzewitsch Danielson in Petersburg. London, 24 Febr. 1893. *MEW*, Berlin: Institut für Marxismus-Leninismus Beim Zk der Sed, v. 38, p. 36-38, 1968. Disponível em: <[http://marxwirklichstudieren.files.wordpress.com/2012/11/mew\\_band39.pdf](http://marxwirklichstudieren.files.wordpress.com/2012/11/mew_band39.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

- ENGELS, Friedrich. Karl Marx, “para a crítica da economia política”, primeiro fascículo, Berlin, Franz Duncker, 1859. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 117-123, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/germinal/article/view/2650/2304>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *El materialismo histórico y la Filosofía de Benedetto Croce*. Traducción de Isidoro Flambaun. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/8637141/Gramsci-El-materialismo-historico-y-la-filosofia-de-Benedetto-Croce#download>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *A revolução contra o Capital*. Tradução de José André Lôpez Gonçalves. 2007. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopedia das ciências filosóficas em compêndio*: 1830. Tradução de Paulo Meneses, com colaboração de José Machado. São Paulo: Loyola, 1995. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books/about/Enciclop%C3%A9dia\\_das\\_ci%C3%A2ncias\\_filos%C3%B3ficas.html?hl=pt-BR&id=krrGCdddJSIC](http://books.google.com.br/books/about/Enciclop%C3%A9dia_das_ci%C3%A2ncias_filos%C3%B3ficas.html?hl=pt-BR&id=krrGCdddJSIC)>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- HEROLD, Manfred et alli. *Politische Ökonomie des Sozialismus und ihre Anwendung in der DDR*. Berlin: Dietz, 1969.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia, revista por Alexandre Addor. São Paulo: Paz e Terra, 1985. Disponível em: <[http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/outras\\_paginas/arquivos/aulas/marcio\\_caniello/sociedades\\_camponesas/bibliografia/MARX\\_formacoes\\_economicas\\_pre-capitalistas.pdf](http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/outras_paginas/arquivos/aulas/marcio_caniello/sociedades_camponesas/bibliografia/MARX_formacoes_economicas_pre-capitalistas.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- INSTITUTO DE MARXISMO-LENINISMO; ACADEMIA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. V. I. *Lenin i problemy naushnogo kommunisma*. Moscou: Edições de Literatura Política, 1969.
- KAUSTKY, Karl. *Die Materialistische Geschichtsauffassung*. Berlin: Verlag J.H.W. Dietz, 1927. Disponível em: <<https://ia701201.us.archive.org/34/items/DieMaterialistischeGeschichtsauffassung/MaterGesch1927.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- LABRIOLA, Antonio. *In memoria del Manifesto dei comunisti*. 1895. Disponível em: <<http://www.ousia.it/sitoousia/sitoousia/testidifilosofia/TestiPDF/Labriola/InMemoria.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

- \_\_\_\_\_. *Essais sur la conception matérialiste de l'histoire*. Paris: V. Giard e E. Brière, 1897. Disponível em: <<https://ia600305.us.archive.org/3/items/essaissurlaconce00labruoft/essaissurlaconce00labruoft.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Del materialismo storico: dilucidazione preliminare*. 1999. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/lb000828.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Discorrendo di Socialismo e di Filosofia*. [Roma]: E-text, 2002. Disponível em: <[http://www.liberliber.it/mediateca/libri/l/labriola/discorrendo\\_di\\_socialismo\\_e\\_di\\_filosofia/pdf/discor\\_p.pdf](http://www.liberliber.it/mediateca/libri/l/labriola/discorrendo_di_socialismo_e_di_filosofia/pdf/discor_p.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- LÊNIN, Vladimir Ilyich. *Ce que sont les "amis du peuple" et comment ils luttent contre les social-démocrates? Réponse aux articles parus dans la revue Rousskoïé Bogatstvo contre les marxistes*. [S.l.], abr. 1894. Disponível em: <<http://classiques.chez-alice.fr/lenine/amis.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Collected Works*. Volume 1: 1893-1894. 4. ed. Moscou: Progress, 1977a. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/PDFs/Lenin%20CW-Vol.%201.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Collected Works*. Volume 2: 1895-1897. 4. ed. Moscou: Progress, 1977b. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/PDFs/Lenin%20CW-Vol.%202.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Collected Works*. Volume 3: the development of capitalism in Russia. 4. ed. Moscou: Progress, 1977c. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/PDFs/Lenin%20CW-Vol.%203.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Collected Works*. Volume 21: August 1914-December 1915. 4. ed. Moscou: Progress, 1977d. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/PDFs/Lenin%20CW-Vol.%2021.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Collected Works*. Volume 22: December 1915-July 1916. 4. ed. Moscou: Progress, 1977e. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/PDFs/Lenin%20CW-Vol.%2022.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.



LÊNIN, Vladimir Ilyich. *Collected Works*. Volume 23: August 1916-Marxh 1917. 4. ed. Moscou: Progress, 1977f. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/PDFs/Lenin%20CW-Vol.%2023.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Collected Works*. Volume 27: February –July 1918. 4. ed. Moscou: Progress, 1977g. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/PDFs/Lenin%20CW-Vol.%2023.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Collected Works*. Volume 33: August 1921-Marxh 1923. 4. ed. Moscou: Progress, 1977h. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/PDFs/Lenin%20CW-Vol.%2033.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

LUPORINI, Cesare. Dialéctica marxista e historicismo. Cuadernos de Pasado y Presente, Córdoba: Siglo XXI Argentina, n. 39, p. 9-53, abr. 1973

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985. Disponível em: <<http://efchagasufc.files.wordpress.com/2012/04/15-miseria-da-filosofia.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881. Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra. *Raízes*, Campina Grande: UFCG, v. 24, n. 1 e 2, p. 110-123, jan.-dez. 2005. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_103.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_103.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <<http://petdireito.ufsc.br/wp-content/uploads/2013/06/MARX-Karl.-Contribui%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-cr%C3%ADtica-da-economia-pol%C3%ADtica.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Biotempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *Capital*: critique of political economy. Volume III: the process of capitalist production as a whole. [s.l.]: Marxists.org, 1999. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.* Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas.* Tomo III. Tradução de José Barata-Moura, Eduardo Chitas, Francisco Melo e Álvaro Pina. Lisboa: Avante, 1982. Disponível em: <<http://marxists.anu.edu.au/portugues/marx/escolhidas/index.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista.* Tradução de José Barata-Moura e Francisco Melo. 2. ed. Lisboa: Avante, 1997. Disponível em: <<http://www.pcp.pt/publica/edicoes/25501144/manifes.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã.* [s.l.]: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã.* Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

PLEKHANOV, Guiorgui Valentinovitchich. *Os princípios fundamentais do marxismo.* [s.l.]: [s.n.], 1908. Disponível em: <[http://www.pco.org.br/biblioteca/materialismo\\_historico/indice.htm](http://www.pco.org.br/biblioteca/materialismo_historico/indice.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *Isbrannye filosofskie proizvedeniya.* Moscou: [s.n.], 1956.

RJAZANOV, David Borisovič. *Marx-Engels Archiv: Zeitschrift des Marx-Engels-Instituts in Moskau.* Frankfurt: Frankfurt am Main / Marx-Engels Archiv Verlags-gesellschaft, 1926

SOFRI, Gianni. *O Modo de Produção Asiático: história de uma controvérsia marxista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ULBRICHT, Walter. *Die Bedeutung des Werkes "Das Kapital" von Karl Marx für die Schaffung des entwickelten das Staatsmonopolistische Herrschaftssystem in Wetdeutschland.* Berlin : [s.n.], 1967.